



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Paulo Sodré Martins

**Entre o local e o nacional: debate sobre a difusão da renda básica
universal no Brasil e o papel de Maricá**

Mestrado Profissional em Governança Global e Formula o de Políticas
Internacionais

São Paulo

2025

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Paulo Sodré Martins

**Entre o local e o nacional: debate sobre a difusão da renda básica
universal no Brasil e o papel de Maricá**

Trabalho Final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL no Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Tomaz Oliveira Paoliello

São Paulo

2025

Banca Examinadora

RESUMO

Em um contexto de desigualdade estrutural e crescente precarização do trabalho, o Brasil apresenta um cenário singular para analisar a viabilidade de políticas de Renda Básica Universal (RBU), especialmente à luz de sua consolidada experiência com programas de transferência de renda em larga escala.

Este artigo explora os debates sobre os caminhos de difusão da RBU no país, com foco nas dinâmicas impulsionadas, de um lado, pelo “Modelo de Maricá” e, de outro, pelas políticas federais, com ênfase no Programa Bolsa Família (PBF). Investiga-se como esses casos aparecem nas diferentes perspectivas do debate. Para tal, é proposto um vocabulário comum, fundamentado na literatura de *Policy Transfer, Diffusion and Circulation*, que permita enquadrar as diferentes perspectivas envolvidas.

A análise é ilustrada por meio de entrevistas qualitativas, revisão bibliográfica e análise documental, incorporando contribuições do universo político, da academia internacional e de técnicos diretamente envolvidos na implementação do “modelo de Maricá”. Assim, oferece-se um panorama sobre os desafios e as oportunidades para a difusão de uma política de RBU no Brasil.

Palavras-chave: Renda Básica Universal; Renda Básica de Cidadania; Bolsa Família; Maricá; Difusão de Políticas; Política Pública; Proteção Social

ABSTRACT

In a context of structural inequality and increasing labor precarization, Brazil presents a unique setting to analyze the feasibility of Universal Basic Income (UBI) policies, particularly in light of its well-established experience with large-scale cash transfer programs.

This article explores the debates surrounding the diffusion pathways of UBI in the country, focusing on dynamics driven, on one hand, by the “Maricá Model” and, on the other, by federal policies, especially the Bolsa Família Program (PBF). It examines how these cases appear within different perspectives of the debate. To that end, a shared vocabulary grounded in the literature on *Policy Transfer, Diffusion, and Circulation* is proposed to frame the different viewpoints involved.

The analysis is illustrated through qualitative interviews, literature review, and document analysis, incorporating contributions from the political sphere, international academia, and practitioners directly involved in the implementation of the “Maricá model.” In doing so, the article offers an overview of the challenges and opportunities for the diffusion of a UBI policy in Brazil.

Keywords: Universal Basic Income; Citizens’ Basic Income; Bolsa Família; Maricá; Policy Diffusion; Public Policy; Social Protection

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

BIEN – Rede Mundial de Renda Básica/*Basic Income Earth Network*

CCT – Transferência de Renda Condicionada/*Conditional Cash Transfer*

PBE – Programa Bolsa Escola

PBF – Programa Bolsa Família

PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PSF – Programa Saúde da Família

PT – Partido dos Trabalhadores

RBC – Renda Básica de Cidadania

RBU – Renda Básica Universal

SP – Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
DINÂMICAS DE DIFUSÃO: VERTICAL E HORIZONTAL.....	11
BOLSA FAMÍLIA E MARICÁ SOB O PRISMA DA RENDA BÁSICA.....	16
PERSPECTIVAS DE DIFUSÃO VERTICAL: RENDA BÁSICA A PARTIR “DE CIMA”	19
PERSPECTIVAS DE DIFUSÃO HORIZONTAL: O MODELO DE MARICÁ COMO CATALISADOR DA RBU	24
ENTRE O VERTICAL E O HORIZONTAL	27
CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
APÊNDICES	37
A. ENTREVISTA COM JURGEN DE WISPELAERE	37
B. ENTREVISTA COM MARINA HELOU	72
C. ENTREVISTA COM LEANDRO FERREIRA	79

INTRODUÇÃO

A Renda Básica Universal (RBU) é uma proposta de política pública que vem ganhando relevância em diversos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, como uma resposta às crescentes desigualdades econômicas e à precarização do trabalho, oferecendo uma forma de democratizar a segurança econômica e promover maior estabilidade social (HAAGH, 2019). A ideia central da RBU é simples: garantir a todos os cidadãos uma renda mínima incondicional — ou seja, sem a necessidade de contrapartidas —, oferecendo uma rede de segurança financeira e promovendo maior autonomia individual. No entanto, a simplicidade do conceito esconde a complexidade de sua implementação, que envolve questões econômicas, políticas e sociais profundas (apêndice A).

Em países como o Brasil, com um longo histórico de desigualdade estrutural e uma vasta população dependente de programas sociais¹, a discussão sobre a viabilidade de uma RBU adquire nuances particulares. Desde o início dos anos 2000, o Brasil tem sido referência mundial em programas de transferência de renda com condicionalidades, como o Programa Bolsa Família (PBF), o qual é amplamente reconhecido por sua eficácia na redução da pobreza extrema e na melhoria de outros indicadores sociais (CENTRE FOR PUBLIC IMPACT, 2019). No entanto, o PBF e outros programas similares são políticas focalizadas, voltadas apenas para os setores mais vulneráveis na perspectiva de acesso à renda da população, o que levanta debates sobre sua abrangência e equidade. Políticas focalizadas tendem a criar lacunas, com parte da população que deveria ser beneficiada sendo excluída devido a falhas burocráticas, estigmatização e dificuldades de acesso (apêndice A). É neste contexto que a RBU surge como uma possível evolução das políticas sociais no país, promovendo uma abordagem universal e incondicional que transcenda essas limitações.

Ao mesmo tempo, a ideia da RBU no Brasil não é nova. Desde a década de 1990, em diálogo com um debate mais amplo sobre renda básica ou mínima (LAVINAS, 1998), o ex-senador e atual deputado estadual por São Paulo Eduardo Suplicy vem defendendo uma legislação que estabeleça uma Renda Básica de Cidadania (RBC) no país (SUPLICY, 2006). Em 2004, a Lei 10.835, de sua autoria, foi sancionada pelo então presidente Luiz

¹ Cerca de 19% dos lares brasileiros têm ao menos um beneficiário do Bolsa Família. Ou seja, apenas essa política abrange aproximadamente 54,3 milhões de brasileiros. (Governo Federal, 2024)

Inácio Lula da Silva, determinando a implementação gradual de uma renda básica no Brasil. No parágrafo primeiro está dito que a RBC “será alcançada em etapas, a critério do Poder Executivo, priorizando-se as camadas mais necessitadas da população.” (BRASIL, 2004a).

Não obstante, a concretização dessa lei permanece mais como um ideal do que como uma realidade concreta. Sob o prisma da RBU, o PBF, principal política de transferência de renda de larga escala no Brasil, atende apenas ao critério de ser uma transferência em dinheiro. Contudo, sua regularidade é limitada, uma vez que o benefício é interrompido caso a renda familiar ultrapasse o limite estipulado. Além disso, o programa não atende aos critérios de individualidade, incondicionalidade e universalidade, pois é orientado a famílias, condicionado ao cumprimento de requisitos como frequência escolar e vacinação, e restrito a grupos de baixa renda (BRASIL, 2004b).

Por outro lado, a evolução da discussão sobre a RBU no Brasil foi revitalizada e aprofundada com experiências locais, com destaque para o caso do município de Maricá, no Rio de Janeiro, que a partir de 2015 passou a implementar uma política municipal progressiva de Renda Básica, também chamada de RBC, inspirando debates sobre a viabilidade e o impacto da RBU em nível subnacional. A política de Maricá, quando comparada ao PBF, aproxima-se mais dos critérios de uma RBU. O benefício é individual e incondicional, dispensando contrapartidas para recebimento (MARICÁ, 2015). Contudo, a regularidade ainda é limitada, e a universalidade não foi plenamente alcançada².

O Brasil, portanto, oferece um contexto único para a análise da expansão e difusão de políticas de RBU, evidenciando trajetórias distintas e paralelas. De um lado, destaca-se a atuação do governo federal na implementação de programas de transferência de renda que, amparados pelo marco legislativo existente, possuem o potencial de se desenvolverem no sentido de uma RBU em âmbito nacional. De outro, há iniciativas locais, como o caso de Maricá, que se destacam como experimentos de políticas de renda básica, inspirando outros municípios e possivelmente, em uma segunda etapa, políticas nacionais.

² Atualmente, cerca de 93.000 pessoas – aproximadamente 47% do total do município – são atendidas pelo programa (BALAKRISHNAN et al., 2024).

Essas diferentes políticas são centrais nas distintas posições de atores engajados na discussão sobre (e construção de) caminhos para a difusão da RBU no país. O presente estudo propõe um enquadramento conceitual, baseado na literatura de *Policy Transfer, Diffusion, and Circulation*, visando contribuir para uma análise mais estruturada do tema. Postula-se, assim, enquadrar o debate em torno dos modelos concorrentes de difusão de políticas de RBU a partir dos conceitos de “difusão vertical” – impulsionada por iniciativas e políticas do governo federal, com ênfase no PBF – e “difusão horizontal” – fundamentada na experiência do município de Maricá –, buscando integrar essas perspectivas em uma análise coesa.

Essa abordagem será ilustrada por meio de um esforço de documentação e análise parcial do debate, enriquecidos por contribuições obtidas através de entrevistas qualitativas conduzidas pelo autor deste trabalho. Essas contribuições abrangem diferentes perspectivas, incluindo a política, representada por Marina Helou (Rede-SP); o corpo técnico diretamente envolvido na experiência de Maricá, com Adalton Mendonça; e a academia e militância no campo da renda básica, tanto em âmbito internacional, com Jurgen De Wispelaere, quanto nacional, com Leandro Ferreira. Com isso, busca-se apresentar as diferentes posições sobre um objeto específico – os “caminhos” de difusão das políticas de RBU no Brasil – oferecendo um panorama sobre os desafios e as oportunidades nesses processos.

DINÂMICAS DE DIFUSÃO: VERTICAL E HORIZONTAL

O campo de estudo de transferência, difusão e circulação de políticas concentra-se na “movimentação” de políticas públicas, componentes e ideias entre diferentes contextos, territórios e níveis de governança. Esse campo destaca como políticas se interconectam global, nacional e localmente, revelando a complexidade dos processos de difusão e adaptação, buscando explicações para o porquê e como políticas influenciam umas às outras (OLIVEIRA, 2021a). Embora o foco tradicional seja a transferência internacional, o arcabouço conceitual oferece ferramentas valiosas para analisar a difusão de políticas internamente a um país, permitindo compreender como modelos e experiências podem ser adaptados entre diferentes localidades, regiões ou níveis de governo. Independentemente da esfera de análise, o importante é que “policy diffusion and policy transfer refer to interdependencies among political systems in the policy making process” (OBINGER et al., 2013).

Embora este segmento apresente conceitos do campo de *Policy Transfer, Diffusion, and Circulation*, ele não se propõe a ser exaustivo na discussão teórica nem a abordar a complexidade das abordagens divergentes, como os debates em torno dos termos “transferência”, “difusão” e “tradução”, conforme apresentados e definidos por Johanna Kuhlmann (2021).³ O foco aqui é estabelecer um enquadramento conceitual sucinto e funcional que sustente a análise específica sobre os caminhos de difusão da RBU no Brasil

Dessa literatura, observa-se que a difusão de políticas públicas pode ser entendida a partir de duas dinâmicas: a difusão horizontal e a difusão vertical. Na esfera internacional, a difusão horizontal refere-se ao intercâmbio de políticas entre países, como ocorre quando governos nacionais adotam políticas ou práticas observadas em outros contextos semelhantes. Exemplo disso são os diversos países que, inspirados pelos modelos brasileiro e mexicano, adotaram políticas de transferência de renda condicionada (*conditional cash transfer*, ou CCT). Brasil e México foram pioneiros na implementação ampla desse tipo de política, oferecendo tanto inspiração como transferência técnica direta. Inicialmente, esse processo de difusão internacional ocorreu no âmbito regional, mas rapidamente se expandiu para países de outros continentes, consolidando-se como

³ Para uma visão mais ampla e aprofundada sobre o campo, recomenda-se o livro “Handbook of Research on Policy Transfer, Diffusion and Circulation”, editado por Osmany Porto de Oliveira (2021b), que reúne contribuições de diversos especialistas na área e apresenta os debates em maior profundidade.

uma prática globalmente reconhecida (GONNET, 2021). O caso específico da implementação interna no Brasil será explorado com maior profundidade mais adiante nesta seção.

A difusão vertical, por sua vez, ocorre entre diferentes níveis de governança, como no caso de uma organização internacional ou supranacional que influencia diretamente as políticas de um país membro (OBINGER et al., 2013). Tal fenômeno pode ser observado, por exemplo, no processo que Radaelli (2002) chama de “Europeização” (*Europeanization*): incorporação de políticas construídas e institucionalizadas no âmbito da União Europeia nas estruturas políticas e de políticas públicas, bem como no discurso e identidade de seus países membros.

No contexto doméstico – foco deste trabalho –, a difusão horizontal ocorre entre unidades de governo de um mesmo nível, como municípios ou estados. Esse processo é principalmente influenciado por fatores regionais, como competição política e existência de redes sociais e profissionais que conectam atores locais (COÊLHO, 2012). Já a difusão vertical se refere à circulação de políticas públicas entre diferentes níveis de governo, como nas situações em que a administração federal induz ou promove a adoção de determinadas políticas por estados ou municípios. Esse processo geralmente se apoia em mecanismos como incentivos financeiros ou apoio técnico, que favorecem a adoção local de políticas (COÊLHO, 2012). Ambos os processos refletem trajetórias distintas de disseminação de políticas públicas entre os entes da federação, seja em um mesmo nível ou entre níveis distintos de governo.

Exemplificando a aplicação desses termos na análise da difusão de políticas de CCT no Brasil, Denilson Coêlho (2012) destacou que o processo inicialmente ocorreu de forma horizontal, entre municípios e através da política Programa Bolsa Escola (PBE). Os primeiros programas desse tipo surgiram em 1995, nas cidades de Campinas e Brasília, governados respectivamente pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Farah (2008), a implementação simultânea e inovadora do programa nessas localidades ilustra como a natureza comum dos problemas enfrentados, como a pobreza nos municípios brasileiros na década de 1990, pode estimular a replicação de políticas de renda mínima.

Conforme estimativas de Cardoso e Souza (2003), já em 1999 existiam 61 programas semelhantes em operação, além de 17 mantidos pela organização não

governamental Missão Criança. Nesse contexto, Coêlho (2012) apontou que a concorrência política local foi um fator determinante na adoção dessas políticas. Em cenários de alta competição eleitoral, gestores municipais enfrentavam fortes incentivos para implementar programas redistributivos, buscando tanto conquistar apoio eleitoral quanto se diferenciar de seus concorrentes políticos.

Outro fator importante na difusão horizontal – explorado por Coêlho, Cavalcante e Turgeon (2016) – é que a proximidade geográfica entre municípios tende a contribuir para a adoção de políticas, reforçando a influência da competição política, ideologia e impacto das redes. No caso do PBE, por exemplo, com sua origem na cidade de Campinas, a difusão foi especialmente intensa no seu estado, São Paulo (SP). Entre 1995 e 2001, aproximadamente 200 municípios paulistas, governados notadamente pelo PT e PSDB, adotaram o programa, representando cerca de metade dos registros nacionais no período. Além disso, câmaras municipais e a Assembleia Legislativa de SP (ALESP) lideraram o número de propostas para a criação de programas de renda mínima, consolidando o estado como fundamental no processo de adoção do programa em nível federal (COÊLHO, 2012).

Esse movimento de ampla difusão horizontal gerou impactos significativos no sistema político, culminando na unificação e adoção do programa em nível nacional. Em 2001, instituiu-se o programa federal Bolsa-Escola, baseado na transferência de recursos através da Caixa Econômica Federal. Nesse contexto, a legislação estabelecia que os programas fossem executados pelos municípios, os quais tinham a responsabilidade de registrar os beneficiários, bem como garantir que as crianças fossem inseridas no sistema escolar (SCHWARTZMAN, 2006). Como pré-requisito para participar do programa, os municípios precisavam criar um “conselho de controle social”, composto por autoridades e líderes locais, visando assegurar a transparência e a gestão adequada das políticas. O programa era destinado exclusivamente a famílias com crianças entre 6 e 15 anos de idade, matriculadas em escolas regulares, e focalizado em núcleos cuja renda estivesse abaixo de um limite definido (BRASIL, 2001).

Coêlho destacou que, nesse cenário, o alinhamento ideológico e/ou partidário entre os níveis local e federal aumentava significativamente a probabilidade de adoção dessas políticas pelas localidades (COÊLHO, 2012). No final de 2003, o governo do Presidente Lula decidiu unificar diversos programas federais de transferência de renda em um único programa centralizado, diretamente vinculado à Presidência da República e

gerido por um conselho interministerial e uma secretaria especial designada para essa função (BRASIL, 2004b). Com a criação dessa política de CCT centralizada e unificada, o PBF, teve início um processo de difusão vertical, caracterizado como sendo implementado “in a top-down fashion” (COÊLHO, 2012). Esse modelo permitiu a disseminação da política por todos os estados e municípios do país, consolidando sua abrangência e impacto em nível nacional.

Voltando a análise à dimensão horizontal da difusão de políticas, conforme apontam Leite e Peres (2015), os membros de uma comunidade ou rede de profissionais não apenas compartilham uma mesma metodologia, mas também crenças causais, valores, noções de validade de conhecimento e técnicas que fundamentam os múltiplos vínculos possíveis entre ações políticas e resultados desejados. Essas características fortalecem as redes enquanto “comunidades epistêmicas”, capazes de promover tanto a circulação de ideias quanto a adaptação de políticas em novos contextos.

Já no caso da difusão vertical, o estudo de Coêlho, Cavalcante e Turgeon sobre o Programa Saúde da Família (PSF) reforça a importância de recursos externos nesse processo (COÊLHO et al., 2016), mostrando como o apoio federal molda os incentivos e elimina barreiras que poderiam impedir a adoção de inovações por governos locais. Similarmente, os recursos externos oferecidos pelo governo federal desempenharam um papel essencial na implementação do PBF (resultante da ampla difusão horizontal do PBE) em todo o país. Ou seja, enquanto a competição política teve destaque na etapa de expansão horizontal, foi a intervenção direta do governo federal (isto é, de recursos externos às localidades) que garantiu a disseminação ampla e uniforme do programa, uma vez que, nesse processo, os níveis de desenvolvimento socioeconômico são centrais na adoção – ou não – de políticas (COÊLHO, 2012).

Em síntese, a partir desses exemplos, observa-se que a difusão horizontal tende a estar condicionada a dinâmicas locais, como competição política e redes sociais, enquanto a difusão vertical depende de incentivos externos e ações coordenadas de níveis superiores de governo. Analisadas de forma integrada, essas dinâmicas proporcionam uma compreensão mais ampla dos mecanismos que viabilizam a disseminação de políticas públicas em diferentes contextos.

Essa abordagem conceitual fornece uma estrutura valiosa para analisar os caminhos de difusão da RBU no Brasil, contribuindo para o mapeamento e a

sistematização do debate sobre o tema. De um lado, serão analisadas as perspectivas de difusão atual a partir do âmbito federal, como o PBF, a qual representa o processo vertical. De outro, serão explorados os argumentos em torno da difusão a partir do “Modelo de Maricá”, exemplificando a dinâmica horizontal. Assim, o trabalho busca integrar essas duas perspectivas sob um “guarda-chuva” conceitual comum.

Vale destacar que parte dessa literatura, com ênfase na terminologia empregada por Coêlho, já foi mobilizada no contexto da discussão sobre renda básica no trabalho “Renda Básica: Implementação e Controvérsia”, de Leandro Ferreira (2019). Nesse estudo, o autor utiliza as perspectivas de “difusão vertical” e “difusão horizontal” (aplicando de forma intercambiável os termos “difusão” e “disseminação”) para descrever os “caminhos” das políticas no “sentido” de uma RBU. Entretanto, a dissertação não aborda o caso específico da RBC de Maricá, concentrando-se na dimensão horizontal da difusão de programas de transferência condicionada, como o PBE, na década de 1990, e na posterior difusão vertical de CCTs como uma etapa para uma implementação, também em sentido vertical, de uma política de renda básica. Ou seja, Ferreira interpreta esse processo, que culminou na criação do PBF e nas diversas modificações que o programa sofreu ao longo das últimas décadas, como uma etapa preliminar rumo à consolidação de uma política de RBU. Essa visão ficará evidente em segmentos seguintes deste trabalho, que apresentarão o debate – e perspectiva de Ferreira – em maior detalhe.

BOLSA FAMÍLIA E MARICÁ SOB O PRISMA DA RENDA BÁSICA

Antes de nos aprofundarmos no debate sobre os “caminhos” de difusão da RBU no Brasil nos termos discutidos anteriormente, é fundamental compreender o conceito de renda básica (ou RBU), bem como as duas políticas centrais à controvérsia – o Programa Bolsa Família (PBF) e a Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá – à luz da definição de RBU.

Vale notar que não há consenso em torno das visões sobre os objetivos da RBU. De acordo com Leandro Ferreira (apêndice C), essas visões podem ser agrupadas em três perspectivas principais, que refletem distintos interesses econômicos, políticos e sociais. A primeira é o enfoque na reposição da renda no contexto da revolução tecnológica, que parte da ideia de que a automação e a transformação digital estão eliminando empregos. Nesse cenário, a RBU é vista como uma solução para garantir o consumo e a estabilidade econômica em meio ao desemprego estrutural. Essa seria, segundo Ferreira, a “perspectiva (...) do Vale do Silício” (apêndice C).

A segunda perspectiva descrita por ele, por sua vez, propõe uma RBU como resultante da “racionalização” das políticas públicas, considerando a renda básica como um mecanismo liberal para simplificar programas sociais existentes. Em lugar de múltiplos benefícios, como aposentadorias, abonos e transferências condicionadas, a proposta é criar uma única transferência monetária que permita aos indivíduos buscar no mercado as soluções para suas necessidades (apêndice C).

Por fim, a última visão sobre RBU levantada, da qual Ferreira se apresentou como adepto, está ancorada no direito de participação na riqueza social, baseando-se em uma perspectiva de “justiça social”. Essa abordagem, alinhada aos movimentos de renda básica no Brasil e no mundo, remonta à noção de “Justiça Agrária” de Thomas Paine (2019), defendendo que a RBU compensa os indivíduos pela exclusão do acesso ao bem comum, como a terra e outros recursos. Essa visão enfatiza a redução da pobreza e da desigualdade como objetivos centrais (apêndice C).

Apesar da existência dessas diferentes perspectivas, no tocante à definição do conceito de RBU – e dos critérios que definem esse tipo de política – parece haver uma convergência ampla. De acordo com a *Basic Income Earth Network* (BIEN), RBU é definida como “a periodic cash payment unconditionally delivered to all on an individual basis, without means test or work requirement” (BIEN). Ou seja, ela deve cumprir cinco

critérios: (1) ser periódica e regular; (2) ser paga em dinheiro; (3) ser incondicional; (4) ser individual e (5) ser universal.

Tanto De Wispelaere (apêndice A) quanto Ferreira reforçaram esses critérios em suas entrevistas, com Ferreira apenas acrescentando que há debates emergentes sobre a “suficiência” do benefício para a sobrevivência das pessoas como uma característica complementar (apêndice C). Nesses termos, nem o PBF nem a RBC de Maricá podem ser considerados exemplos plenos de uma RBU, embora ambos atendam parcialmente aos parâmetros estabelecidos.

Ao analisar o PBF sob a perspectiva da RBU e seus cinco critérios de definição, percebe-se que o programa cumpre integralmente apenas o requisito de ser uma transferência em dinheiro. Ainda que o programa tenha uma regularidade definida para os beneficiários enquanto estes permanecem dentro dos limites de renda exigidos, essa característica é limitada. Caso a renda da família ultrapasse o limite estipulado, o benefício é, em regra, cessado, o que implica que a regularidade e a permanência da transferência ao longo do tempo não estão plenamente garantidas (BRASIL, 2004b). Vale ressaltar, no entanto, que o PBF conta com a chamada “regra de permanência”, um mecanismo de transição que permite que famílias que voluntariamente atualizam seus dados e passam a ter renda per capita superior aos limites de elegibilidade – desde que inferior a meio salário-mínimo – possam continuar recebendo o benefício por até dois anos. Mas apesar de atenuar os efeitos de uma interrupção abrupta, esse dispositivo não assegura a continuidade indefinida da transferência.

Além disso, o programa não atende ao critério de individualidade, uma vez que é orientado a “unidades familiares” (BRASIL, 2004b). Embora o cálculo do valor do benefício leve em consideração o número de membros da família, ele não é concedido de forma individualizada. Por fim, os critérios de incondicionalidade e universalidade também não são cumpridos. O programa é condicionado ao cumprimento de requisitos específicos, como a frequência escolar das crianças e a vacinação, e é focalizado, sendo direcionado exclusivamente a famílias cuja renda se enquadre nos limites estabelecidos – ou seja, “que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza” (BRASIL, 2004b). Atualmente, cerca de 19% dos lares brasileiros têm ao menos um beneficiário do PBF, alcançando aproximadamente 54,3 milhões de brasileiros. (GOVERNO FEDERAL, 2024)

A RBC de Maricá, por sua vez, apresenta maior proximidade aos critérios que definem uma RBU. Em primeiro lugar, a transferência em dinheiro é garantida a todos os beneficiários. Além disso, diferentemente do PBF, o benefício é concedido individualmente, atendendo ao critério de individualidade, e é incondicional, pois não exige o cumprimento de contrapartidas para o recebimento (MARICÁ, 2015).

Contudo, o critério de regularidade tampouco é plenamente atendido, pois, assim como no PBF, caso a renda familiar ultrapasse o limite estabelecido, o benefício é interrompido. Ademais, a política ainda não alcança o critério da universalidade, sendo focalizada nos indivíduos inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) (MARICÁ, 2015). Atualmente, ela beneficia cerca de 93 mil moradores do município (BALAKRISHNAN et al., 2024), o que equivale a aproximadamente 47% da população, conforme o censo de 2022 (IBGE, 2023). Por essas razões, Jurgen De Wispelaere define o programa como uma “quasi basic income” (apêndice A).

O site oficial da prefeitura de Maricá descreve a política como a única a estar em conformidade com a Lei Federal 10.835/2004, que estabelece a obrigatoriedade da implementação da Renda Básica de Cidadania no Brasil (BRASIL, 2004a). A prefeitura destaca que o programa tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência e dignidade aos moradores, promovendo melhorias na qualidade de vida das famílias em situação de pobreza.

Embora nem o PBF nem a RBC de Maricá atendam plenamente aos critérios de uma RBU, ambas contribuem para o debate e oferecem lições importantes. Essas experiências fornecem um ponto de partida crucial para explorar os caminhos de difusão da RBU no Brasil, seja pela ampliação de políticas federais, seja pela replicação de iniciativas subnacionais. Essas dinâmicas serão abordadas nas próximas seções, a partir das perspectivas de difusão vertical e horizontal.

PERSPECTIVAS DE DIFUSÃO VERTICAL: RENDA BÁSICA A PARTIR “DE CIMA”

A criação do PBF, em 2003, marcou uma transformação no sistema de políticas de transferência de renda no Brasil. Como mencionado, a proposta inicial do programa foi de reformular e unificar diferentes políticas de assistência existentes, promovendo uma estrutura única de benefícios para combater a fragmentação e ampliar o alcance da rede de proteção social. Nesse processo, foram agregadas quatro políticas de transferência de renda previamente existentes, sendo eles o PBE, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), o Programa Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação (BRASIL, 2004b). Com essa unificação, estabeleceram-se benefícios e critérios de elegibilidade uniformes, buscando mais eficiência e transparência ao sistema de assistência federal (SOARES, 2011). No primeiro ano, o programa atendeu aproximadamente 6 milhões de famílias, com um custo anual de R\$5,7 bilhões, ampliando o valor médio dos benefícios de R\$40,00 para R\$65,00 (LAVINAS, 2006).

O contexto legislativo ao longo desse processo logo inaugurou a perspectiva do PBF com um horizonte de universalização. A Lei nº 10.835, de autoria de Eduardo Suplicy e sancionada em 2004, estabelece a implementação gradual da RBC no Brasil, com um foco inicial nas populações mais necessitadas (BRASIL, 2004a). Embora essa legislação ainda não tenha sido plenamente regulamentada, representa um marco no cenário nacional e internacional. Para alguns dos pensadores de RBU no contexto brasileiro, o marco regulatório não apenas estabelece um precedente, mas também funciona como um verdadeiro alicerce – ou “plataforma de transição”, nos termos de Ferreira (apêndice C) – para a evolução e ampliação da assistência social, orientando-a em direção a um modelo mais abrangente e próximo de uma RBU.

Além disso, com significativa expansão do PBF no governo Dilma Rousseff, alcançando cerca de 14,2 milhões de famílias ainda em 2014, o programa se consolidou como um dos principais instrumentos de combate à pobreza e à desigualdade no país (SPOSATI; MEIRA, 2023). Naquele contexto, ganhou força a perspectiva de que o programa federal poderia se aproximar de uma RBU em escala nacional, como expresso diretamente por Silva (2014): “o crescente número de beneficiários incorporados ao programa desde sua criação em 2003 certamente contribui para que haja otimismo quanto a sua possível universalização.”

Conforme observado por Maria da Conceição Tavares (2017):

No Brasil, o debate sobre a renda básica prima pela sua circularidade. O Bolsa-Família foi uma *proxy* de uma construção que não avançou. Segundo o FMI, a distribuição de 4,6% do PIB reduziria a pobreza brasileira em espetaculares 11%. Essa é uma ideia que precisa ser resgatada, uma bandeira à espera de uma mão.

Essas palavras reforçam a perspectiva de difusão vertical, na qual a política federal PBF se apresenta como uma etapa intermediária que poderia ser desenvolvida para alcançar um sistema de transferência de renda universal e incondicional no país. Em linha com essa perspectiva, no livro “Transferência de Renda no Brasil: entre Herança Recebida e a Direção Prometida”, Sposati e Meira (2023) examinam alguns avanços mais recentes dessa política. Segundo eles, a ausência de regulamentação da Lei nº 10.835 de 2004, criticada por Tavares em 2017, foi parcialmente superada por duas decisões jurídicas de 2023: (1) mandados de injunção no Supremo Tribunal Federal (STF) que exigiram a implementação da Renda Básica de Cidadania e a manutenção de um benefício de R\$600,00; e (2) a Emenda Constitucional nº 114/21, que introduz um parágrafo único no artigo 6º da Constituição Federal consolidando a renda básica como um direito de todos os brasileiros:

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (BRASIL, 2021)

Além disso, os autores apontam que o programa Auxílio Brasil (que substituiu o PBF em 2021 e foi extinto nos primeiros meses do terceiro governo de Lula) estabeleceu um valor único de benefício, aproximando o mecanismo de transferência de renda das características de uma proposta de Renda Básica, além de ter expandido o número de beneficiários.

Já em agosto de 2024, em sua participação no Social Protection Podcast (SOCIALPROTECTION.ORG, 2024), Eduardo Suplicy reforça sua aposta na difusão vertical do RBU no Brasil:

Recently, I made a suggestion to President Lula for him to organize a working group to study with the best economists, philosophers, sociologists, the steps from the Bolsa Familia toward the universal basic income. So, this working group has been formed, and we are on the way to probably in a matter of a year or so, we'll be ready to present this proposal.

Ademais, Leandro Ferreira, em entrevista para o autor deste trabalho (apêndice C), ofereceu uma análise que reforça a perspectiva da viabilidade de – e “aposta” em – um caminho de difusão vertical para a implementação de uma RBU no Brasil, destacando o Bolsa Família como uma “plataforma de transição”. Ele argumenta que o PBF já incorpora características que, com ajustes, poderiam alinhar-se aos cinco critérios definidores de uma RBU, ou seja, (1) ser periódico e regular; (2) ser pago em dinheiro; (3) ser incondicional; (4) ser individual e (5) ser universal. Ferreira observa que o programa atende integralmente ao critério de ser uma transferência em dinheiro e demonstra regularidade, já que os beneficiários sabem quanto vão receber e podem permanecer no programa por longos períodos (desde que sigam atendendo aos requisitos de renda mínima).

Além disso, Ferreira destaca o que ela chama de uma “vocação aditiva” do programa, evidenciada pela expansão significativa do número de beneficiários ao longo do tempo, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Na sua perspectiva, esse contexto também revelou possibilidades de incondicionalidade, ao flexibilizar as exigências para o acesso aos benefícios. Ademais, ele argumenta que mesmo fora do contexto pandêmico as condicionalidades existentes do PBF, voltadas ao acesso à saúde e educação, são menos restritivas do que aquelas presentes em programas similares nos Estados Unidos e na Europa, que frequentemente vinculam o recebimento do benefício ao comportamento no mercado de trabalho. Segundo Ferreira, no caso brasileiro “é mais fácil fazer o debate a respeito do direito à saúde e à educação”, transitando de uma lógica de condicionalidades para uma lógica de “monitoramento de garantia de direitos” (apêndice C). Tais considerações, em sua perspectiva, apontam para um potencial de evolução do PBF na direção da universalidade e da incondicionalidade.

No que diz respeito à individualidade, Ferreira reforçou que o PBF apresenta um cálculo per capita mínimo para os beneficiários dentro de uma família, o que representa um passo inicial, ainda que insuficiente, em direção à individualização plena do benefício (apêndice C). Não obstante, fazendo referência ao sexto critério que ele apresentou em sua fala, ele também apontou que, no “movimento” rumo a uma RBU, seria necessário avançar o debate sobre a insuficiência dos valores atualmente transferidos, garantindo que o benefício atenda plenamente às necessidades básicas dos indivíduos.

Indo além, Ferreira também destaca a importância do mencionado arcabouço legal existente no Brasil, como a Lei nº 10.835/2004 e as decisões recentes do STF que

reforçam a renda básica como um direito. Para ele, o Brasil possui uma combinação única de políticas e estrutura institucional que posiciona o país em uma situação vantajosa para avançar em direção a uma RBU. Em suas palavras, “o Bolsa Família (...) [atende] parte dessas características, isso nos deixa mais próximos de uma *proxy* de renda básica que muitas outras experiências”.

Por fim, sobre a questão orçamentária, reconhecendo que “o problema de recursos para pagar certamente é o mais difícil de resolver” (apêndice C), ele defende que a continuação do processo de “racionalização” de outras políticas sociais, em linha com o ocorrido no processo de criação do PBF, poderia liberar recursos para fortalecer o programa, orientando-o na direção da universalidade e incondicionalidade. Para ele, essa estratégia continuada aliada ao “efeito multiplicador” (NERI et al., 2014) do programa – que gera crescimento econômico e, portanto, aumento de arrecadação – seriam fundamentais para concretizar uma transição gradual para uma RBU, mesmo partindo de um contexto de restrições financeiras.

Em suma, o PBF, uma política de transferência de renda condicionada e focalizada, é interpretado por parcela dos pensadores e militantes do campo da RBU como base para um modelo de renda básica no Brasil – consolidando-se a partir de uma difusão vertical. A implementação do programa e sua expansão ao longo dos anos fortaleceram a rede de proteção social, ampliando significativamente seu alcance e impacto. Com isso, a visão de Suplicy, Ferreira e outros defensores sugere que o PBF poderia, eventualmente, evoluir para uma RBU, processo que seria impulsionado pela articulação de políticas e criação de novas “janelas de oportunidade”:

Como se vê, portanto, a proposta de uma renda básica universal tem orientado de forma frequente a formatação de políticas atuais voltadas para a superação da pobreza. Discute-se, portanto, a necessidade de compreender a forma como a compreensão da formulação da agenda (...) para compreender novas janelas de oportunidade para a transição das atuais políticas, como o Bolsa Família, para uma renda básica efetiva. (SUPLICY et al., 2019)

Por outro lado, destacam-se figuras importantes no campo da RBU que questionam a interpretação de uma difusão vertical no Brasil pelo PBF – ou, ao menos, relativizam sua importância. Em entrevista concedida ao autor deste artigo em setembro de 2024, Jurgen De Wispelaere afirmou:

I know that's what Suplicy thinks, but, for example, there's been people who've been very critical, like Lena Lavinas, for example, I think makes a very convincing argument (...) because the Bolsa

Familia and the Renda Básica de Cidadania, the federal law, they were [created] at the same time, right? But, effectively, the Executive systematically devotes the budget and the resources to the Bolsa, not to the Renda. So, Suplicy thinks they're a “stepping stone”, but actually they were competitors for many, many decades. (apêndice A)

De fato, já em 2006, Levinas apontou que embora uma lei aprovando o direito à renda básica tenha entrado em vigor em 2005, as políticas sociais brasileiras se concentravam cada vez mais em ampliar os programas de transferência com base em comprovação de renda (ou seja, focalizados apenas nas camadas mais pobres da sociedade), e atrelados a condicionalidades (LEVINAS, 2006). Esse era e segue sendo o caso do PBF.

The challenge lies in moving away from residual policy approaches based on defining specific population groups according to principles of selectivity, which still prevail in Brazil, toward a genuinely progressive and redistributive scheme that would contribute to reducing poverty and inequality sustainably. (LEVINAS, 2006).

Portanto, considerando a insistência do Estado brasileiro em políticas de transferência de renda focalizadas e condicionais nas duas décadas desde a promulgação da lei nº 10.835, De Wispelaere (2024) apresenta o questionamento: “the really interesting question is: what has changed?”, ao qual respondeu: “Well, one of the things that has changed is Maricá.”

PERSPECTIVAS DE DIFUSÃO HORIZONTAL: O MODELO DE MARICÁ COMO CATALISADOR DA RBU

Em entrevista concedida ao autor deste artigo em 2022 (por telefone, sem gravação ou transcrição direta), o então secretário de Economia Solidária de Maricá-RJ, Adalton Mendonça, apontou que seu grupo político conquistou a prefeitura do município em 2008, e que a partir de 2009 começou-se a formular um conjunto de políticas públicas para construir o que ele chamou de uma “prefeitura social”.

Essa série de iniciativas voltadas ao desenvolvimento de uma “economia solidária” e de uma assistência socioeconômica robusta foram influenciadas pelo economista Paul Singer, reconhecido como “patrono da economia solidária no Brasil”, e pelo senador Eduardo Suplicy, um “defensor constante da renda básica em território nacional” (WALTENBERG; KATZ, 2023). Sob a liderança do então prefeito Washington Quaqué (PT-RJ), um dos resultados e conquistas dessa agenda foi a criação da secretaria municipal de economia solidária, que se consolidou em 2013. Segundo Mendonça, é dela que surgem as chamadas “políticas solidárias” que contam com a criação do banco comunitário “Mumbuca”, da moeda social de mesmo nome, e do próprio Programa de Renda Básica de Cidadania.

Maricá tornou-se um laboratório de construção de um novo esquema de desenvolvimento baseado na inclusão econômica e política de toda a sua população. Os resultados dessa estratégia têm impactos não apenas na cidade, mas também no estado do Rio de Janeiro – como atestam os diversos municípios fluminenses que já estão adaptando as políticas maricaenses, com inúmeras moedas locais em circulação –, igualmente no Brasil e no mundo. (WALTENBERG; KATZ, 2023).

A partir desse excerto, fica evidente que há um processo em curso de difusão das “políticas solidárias” de Maricá para outras localidades, o que foi reforçado pelo ex-secretário na mencionada entrevista. Mesmo que a prefeitura e a secretaria de economia solidária não fizessem auxílio técnico direto, uma vez que o Banco Mumbuca se tornou uma entidade autônoma, ele apontou que suas equipes apoiam a instituição financeira e estão envolvidos com a difusão dessa política para múltiplos municípios do estado do Rio de Janeiro, dentre os quais constam Niterói, Cabo Frio e Arraial do Cabo. Esse processo reforça a importância da proximidade geográfica como um catalisador para a difusão de políticas, conforme apontado por Coêlho, Cavalcante e Turgeon (2016).

Não obstante, além do alcance regional e nacional, as políticas sociais de Maricá têm despertado crescente interesse internacional. Um exemplo notável é o fato de que o

próximo congresso anual da rede mundial de renda básica (*Basic Income Earth Network*, BIEN) será sediado nas cidades de Maricá e Niterói, com o tema “Basic Income & Solidarity Economy: New Horizons for Social Protection” (BIEN 2025). De acordo com a descrição do evento:

BIEN invites you to debate basic income, solidarity economy and social protection policies in the country that is the cradle of one of the most important policies inspired by basic income: Brazil. Inspired by Maricá's pioneering experience, eight cities in Rio de Janeiro have already adopted some kind of cash transfer policy or created their own local currencies, especially Niterói, that also stands out in this context. (BIEN 2025)

Retornando à fala de De Wispelaere sobre os potenciais rumos de difusão da RBU no Brasil, ele destacou o papel crucial da disseminação municipal – em específico, do caso de Maricá – no estabelecimento de uma base para adoção nacional. Segundo o entrevistado, a difusão entre municípios é essencial para que o governo federal eventualmente assuma o modelo. Ainda que ele reconheça a importância que os marcos jurídicos e institucionais existentes a nível federal terão importância na fase de difusão vertical, ele aponta que é a experiência de Maricá que sustenta o debate e a difusão atual de políticas no sentido de uma RBU, ainda em sentido horizontal.

My thinking is that this municipal spreading is really, really important. And without that, it (...) wouldn't have happened because the (...) [Renda Básica de Cidadania] Law is [from] 2004. That's 20 years it's sitting there. And that is several Lula governments. Of course, we had Bolsonaro in between, but that's several Lula governments all focused on the Bolsa Família. (apêndice A)

Ou seja, processo de difusão da RBU a partir de Maricá para outros municípios do estado do Rio de Janeiro, representando os estágios iniciais de uma difusão horizontal, é considerado por De Wispelaere como um passo essencial para uma futura implementação em âmbito nacional, descrita por ele como “vertical up-scaling.” Essa visão sugere que a replicação em nível municipal pode estabelecer uma base sólida para a adoção do modelo pelo governo federal. Assim, a difusão horizontal se apresentaria como o caminho mais viável para a implementação da RBU no Brasil, criando as condições necessárias para uma futura adoção ampla e centralizada. Essa visão se assemelha ao processo de difusão observado nas políticas de CCT, como o PBE, que começou em nível municipal e gradualmente se consolidou em um programa nacional unificado, o Bolsa Família.

Foi através da iniciativa de programas como o Bolsa-Escola do Distrito Federal (...) que não apenas municípios, mas, também, estados adotaram iniciativas similares. Isso foi de grande relevância para as decisões em nível nacional que levaram à gradual expansão dos programas de renda mínima, fazendo com que o processo de difusão destas políticas tivesse efeito vertical no sentido da União. (SUPLICY et al., 2019)

Dessa forma, na visão de parte dos pensadores de RBU, o caso de Maricá destaca o potencial de iniciativas locais em fomentar a inclusão socioeconômica, além de evidenciar como experiências municipalizadas podem atuar como catalisadoras para processos mais amplos de difusão de políticas públicas. Segundo essa perspectiva, a expansão horizontal das “políticas solidárias” no estado do Rio de Janeiro e seu crescente reconhecimento nacional e internacional reforçam a ideia de que a difusão entre localidades é o “caminho” para estabelecer as bases para uma eventual adoção federal de uma renda básica. Essa perspectiva contrasta fortemente com a posição de Leandro Ferreira, por exemplo. Ainda que reconheça importantes elementos na experiência de Maricá (com destaque à capacidade de convencimento político para a política a inovação do uso da moeda social), segundo Ferreira, “o cenário brasileiro a respeito da renda básica é muito promissor independentemente de Maricá” (apêndice C).

ENTRE O VERTICAL E O HORIZONTAL

É importante ressaltar que os dois tipos de difusão de políticas públicas – horizontal e vertical – não são mutuamente exclusivos. Pelo contrário, eles frequentemente interagem e se complementam. A difusão horizontal, ao gerar uma massa crítica de adesão em âmbito local, pode pressionar pela implementação vertical, como exemplificado pelo caso do PBE, cuja ampla adoção municipal estimulou a criação de um programa nacional unificado no PBF. Por outro lado, a difusão vertical pode estabelecer bases institucionais e oferecer recursos que capacitam governos locais a expandir ou adaptar políticas públicas, criando um mecanismo de reforço mútuo entre os níveis de governo.

Partindo desse princípio, existe a perspectiva de que, em vez de ocorrerem em etapas sequenciais – primeiro a difusão horizontal e, posteriormente, a vertical –, os processos de difusão da RBU deveriam ser implementados de forma simultânea. Essa é a posição apresentada por Marina Helou (Rede-SP), vice-coordenadora da Frente Parlamentar pela Implementação da Renda Básica na ALESP.

Em entrevista concedida ao autor deste artigo (apêndice B), Helou destacou que as transformações tecnológicas e as mudanças nas relações de trabalho tornam urgente dissociar o trabalho da garantia de uma vida digna. Além disso, ela apontou como justificativas fundamentais para apoiar o desenvolvimento de políticas de RBU a crescente concentração de recursos e consequente aumento da desigualdade, bem como a necessidade de repensar as relações humanas e o modelo de sustentabilidade.

No entanto, Helou reconhece que a implementação da RBU deve ocorrer de forma gradual e inicialmente focalizada. Ela argumenta que a focalização, em um primeiro momento, deve priorizar famílias com crianças, começando pelas próprias crianças e, posteriormente, estendendo-se aos cuidadores, especialmente mães solo, consideradas um grupo em situação de extrema vulnerabilidade. Helou reforça que a implementação não se dará de maneira “top-down”, mas por etapas que garantam a inclusão progressiva de populações prioritárias. A perspectiva de universalização progressiva por grupos etários também é compartilhada por Ferreira:

Nós defendemos na Rede Brasileira de Renda Básica, radicalmente, a ideia de termos um benefício universal infantil. A ideia de que uma primeira etapa para uma renda básica seja justamente fazer com que todas as crianças e adolescentes, não importa a renda de suas famílias, recebam o benefício de renda. (apêndice C)

Essa abordagem está alinhada com a perspectiva de Guy Standing (2017), que defende a construção de “rendas básicas parciais” como ponto de partida. Standing argumenta que, em cada sociedade, o caminho para a implementação dependerá das estruturas econômicas e do estado de bem-estar social já existentes. Ele sugere que a introdução da RBU pode começar com um valor baixo ou direcionada a grupos específicos, para então ser ampliada gradualmente a outros setores da população (STANDING, 2017).

Olhando para o caso de Maricá em específico, Helou enfatizou aspectos positivos, como a extensão do alcance da política, sua relação com a moeda local e, principalmente, a permanência das políticas implementadas. Ela descreveu essa estabilidade como um exemplo de “consolidação de políticas de Estado na cidade.” No entanto, ela apresenta uma postura cética quanto ao potencial de difusão horizontal a partir de Maricá:

Maricá tem muito a ensinar. A gente vê outras cidades começando aqui ou ali com discussões parecidas, mas, também, há 10 anos estamos escutando sobre Maricá e ainda não conseguimos ampliar e ter mais adesão de outros municípios a ponto de construir um movimento. (apêndice B)

Além disso, Helou ressaltou que a peculiaridade da realidade econômica de Maricá é indicativa de um obstáculo à replicação do modelo em outros municípios, especialmente considerando a profunda dependência da maioria das cidades brasileiras em relação ao governo federal. A análise de dados do IBGE de 2021 reforça essa perspectiva, apontando que Maricá possui o PIB per capita municipal mais elevado do estado do Rio de Janeiro e o sétimo mais alto do Brasil, destacando-se em um universo de mais de 5.500 municípios (IBGE, 2021). Esse contraste se deve notadamente ao fato de que o município recebe parcela considerável dos *royalties* advindos da exploração de óleo e gás na costa do estado. De acordo com Isabela Tramansoli e Hipólita Siqueira (2024), em 2022 o montante destinado ao município representava 17% do total arrecadado.

Segundo a deputada (apêndice B), essa limitação relativa da maioria dos outros municípios brasileiros evidencia a importância de uma “agenda mais coordenada”, incluindo a criação de um programa federal voltado a estimular iniciativas municipais. Essa abordagem destaca o papel essencial dos recursos externos como impulsionadores na difusão vertical de políticas, em linha com a análise de Coêlho et al. (2016).

Portanto, segundo essa perspectiva, a interação entre os processos de difusão horizontal e vertical é essencial para a implementação de uma RBU no Brasil. Enquanto iniciativas locais, como Maricá, oferecem modelos inspiradores, a difusão a partir dela se mostrou limitada e exige um alinhamento estratégico com políticas federais que, de maneira vertical, promovam tanto incentivos quanto adaptações às especificidades regionais. A ideia de um programa federal de estímulo a políticas locais, como sugerido por Helou, emerge como uma alternativa para equilibrar diversidade e inovação, de um lado, com coordenação e recursos, de outro, aspirando a que a RBU avance de maneira sustentável no Brasil – um “país continental”, em suas palavras.

CONCLUSÃO

Este artigo explorou o debate em torno dos caminhos de difusão da Renda Básica Universal (RBU) no Brasil, analisando as perspectivas vertical e horizontal a partir do Programa Bolsa Família (PBF) e do modelo de Maricá. Com base no arcabouço conceitual de difusão de políticas, foram destacados os argumentos principais na sustentação de cada abordagem e suas implicações para a implementação de uma política nacional de RBU.

Por um lado, pensadores como Leandro Ferreira argumentam que o PBF, com seu alcance e estrutura consolidados, serve como uma “plataforma de transição” em direção à RBU, exemplificando o potencial de difusão vertical. O programa já incorpora elementos fundamentais, como a periodicidade e o pagamento em dinheiro, e, com ajustes, poderia avançar rumo à universalidade e incondicionalidade. Essa perspectiva destaca o papel estratégico de políticas federais na criação de uma estrutura institucional que permita a ampliação de benefícios sociais.

Por outro lado, Jurgen De Wispelaere e outros partidários da difusão a partir do “modelo de Maricá” enfatizam a importância da difusão horizontal como catalisadora de mudanças. A experiência de Maricá demonstra como iniciativas municipais podem oferecer laboratórios para políticas inovadoras, promovendo inclusão socioeconômica e inspirando replicação em outros contextos. Contudo, a dependência econômica específica do município, baseada em *royalties* do petróleo, limita a possibilidade de uma aplicação mais ampla desse modelo sem o apoio de políticas federais coordenadas.

Além disso, posições como as de Marina Helou apontam para a necessidade de uma abordagem integrada e gradual, combinando estratégias de difusão em ambos os “sentidos” – horizontal e vertical. Helou defende que a implementação inicial deve focalizar grupos vulneráveis, como mães solo, em um movimento que garanta inclusão progressiva e coordenação estratégica entre níveis de governo.

A partir dessas análises, conclui-se que o debate sobre a RBU no Brasil reflete a interação e a complementaridade entre diferentes trajetórias de difusão. Se, por um lado, o PBF ilustra o potencial de consolidação vertical de políticas nacionais, por outro, Maricá reforça a importância de iniciativas locais como pontos de partida. O desafio está em alinhar essas perspectivas, promovendo uma integração que permita superar

desigualdades estruturais e estabelecer um modelo de RBU adaptado às especificidades do país em toda a sua diversidade.

Como resultados deste estudo, destacam-se dois avanços principais: (1) o enquadramento conceitual e o primeiro passo para a sistematização do debate sobre os caminhos de difusão da Renda Básica Universal no Brasil, com base nas dinâmicas verticais e horizontais de disseminação de políticas públicas; e (2) a identificação de limites – e da complementariedade – entre as diferentes perspectivas analisadas, oferecendo uma base mais estruturada para futuras análises, formulações e articulações políticas em torno da RBU no contexto brasileiro.

Contudo, o presente estudo também apresenta limitações que indicam caminhos para pesquisas futuras. Embora tenha focado a análise nas dinâmicas de difusão vertical e horizontal, outras abordagens conceituais, como os mecanismos de “coerção”, “competição”, “emulação” e “aprendizado” (Kuhlmann, 2021), podem ampliar a compreensão sobre os fatores que impulsionam ou restringem a expansão da RBU no Brasil. Explorar como esses mecanismos operam nos contextos do PBF e da RBC de Maricá pode oferecer novas perspectivas sobre as dinâmicas de implementação, bem como oferecer mais subsídios teóricos para o debate analisado.

Além disso, o estudo destacou que a RBC de Maricá ainda não atende integralmente aos critérios de uma RBU, permanecendo focalizada. Contudo, observa-se uma tendência progressiva em direção à universalização. Pesquisas futuras poderiam investigar se a replicação desse modelo em outras localidades segue a tendência progressiva rumo à universalidade ou se as especificidades locais demandam maior focalização, considerando as disparidades regionais e econômicas.

Outro ponto relevante é o contraste entre a centralização do PBF e a descentralização na difusão do “modelo de Maricá”, levantando questões sobre os benefícios e desafios de ambas as abordagens. Estudos futuros poderiam explorar como a descentralização promove maior adaptabilidade às realidades locais, além de dialogar com críticas ao pacto federativo brasileiro, que sugere um maior equilíbrio entre os níveis de governo.

Por fim, observa-se que a difusão de políticas de CCT no Brasil e na América Latina foi amplamente impulsionada pela atuação de “comunidades epistêmicas” (GONNET, 2021). Nesse sentido, é pertinente examinar até que ponto essas redes limitam

a transição para – ou expansão em paralelo de – políticas que superem a focalização e as condicionalidades.

Essas propostas podem contribuir para o avanço teórico e oferecer subsídios para o desenho de políticas públicas mais efetivas e inclusivas, refletindo a complexidade do desafio de implementar uma RBU no Brasil e em outros contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALAKRISHNAN, S.; COSTA, R.; HAUSHOFER, J.; WALTENBERG, F. Welfare Effects of a Permanent Unconditional Cash Transfer Program: Evidence from Maricá, Brazil. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2024. (NBER Working Paper Series, n. 33089). Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w33089>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BIEN 2025. Basic Income Earth Network - Brasil. Disponível em: <https://bien2025.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BIEN. FAQs - Common Questions About Basic Income. Disponível em: <https://basicincome.org/faqs/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021. Altera o art. 6º da Constituição Federal para incluir a renda básica como direito de todos os brasileiros. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm. Acesso em: 24 out. 2024a.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola", e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 abr. 2001.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 jan. 2004b.

CARDOSO, E.; SOUZA, A. P. The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil. Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, 2003.

CENTRE FOR PUBLIC IMPACT. Bolsa Família in Brazil, 2019. Disponível em: <https://www.centreforpublicimpact.org/case-study/bolsa-familia-in-brazil>. Acesso em: 24 out. 2024.

COÊLHO, D. B., CAVALCANTE, P., TURGEON, M. Mecanismos de difusão de políticas sociais no Brasil: uma análise do Programa Saúde da Família. Revista de Sociologia e Política, 24(58), 2016, 145–165.

COÊLHO, Denilson Bandeira. Political competition and the diffusion of conditional cash transfers in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, 6(2), 2012, 56–87.

FARAH, M. F. S. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 45, p. 121-126, 2008.

FERREIRA, Leandro Teodoro. Renda Básica: Implementação e Controvérsia. 2019.

GONNET, Cecilia Osorio. Social policies in movement: diffusion and transfer in Latin America. *Handbook of policy transfer, diffusion and circulation*. Edward Elgar Publishing, 2021. p. 298-316.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Bolsa Família contempla 54,3 milhões de pessoas em setembro. Secretaria de Comunicação Social, 17 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/bolsa-familia-contempla-54-milhoes-de-pessoas-brasileiras-em-setembro>. Acesso em: 24 out. 2024.

HAAGH, Louise. The Case for Universal Basic Income. Polity Press, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio>. Acesso em: 12 jan. 2025.

KUHLMANN, Johanna. Mechanisms of policy transfer and policy diffusion. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de (Ed.). *Handbook of policy transfer, diffusion and circulation*. Edward Elgar Publishing, 2021. p. 43-57.

LAVINAS, Lena. From means-test schemes to basic income in Brazil: Exceptionality and paradox. *International Social Security Review*, v. 59, n. 3, p. 103-125, 2006.

LAVINAS, Lena. Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

LEITE, C. K. S.; PERES, U. D. Paradigmas de desenvolvimento e disseminação de políticas: raízes locais da criação do PBF. *Revista Organização & Sociedade*, v. 22 – n. 75, p. 621-638, Salvador, 2015.

MARICÁ. Lei Municipal nº 2641, de 15 de dezembro de 2015. Institui o Programa Municipal de Renda Básica de Cidadania.

MARICÁ. Renda Básica de Cidadania. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/renda-basica-de-cidadania/>. Acesso em: 20 de jan. de 2025

NERI, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano G. F.; VAZ, Fabio Monteiro. Efeitos Econômicos do Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2014.

OBINGER, H., SCHMITT, C., and STARKE, P. Policy diffusion and policy transfer in comparative welfare state research. *Social Policy & Administration*, 47(1), 2013, 111-129.

OLIVEIRA, Osmany Porto de. A prelude to policy transfer research. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de (Ed.). *Handbook of policy transfer, diffusion and circulation*. Edward Elgar Publishing, 2021a. p. 1-25.

OLIVEIRA, Osmany Porto de. *Handbook of Policy Transfer, Diffusion and Circulation*. Edward Elgar Publishing, 2021b.

PAINE, Thomas. *Justiça Agrária*. Tradução de Daniel Gomes de Carvalho. [S.l.]: Paco e Littera, 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. Programas sociais voltados à educação no Brasil: o impacto do Bolsa-Escola. *Sinais Sociais* (Publicação do SESC), ano 1, n. 1, p. 114-145, 2006.

SILVA, Josué Pereira da. *Por que Renda Básica?*. São Paulo: Annablume, 2014.

SOARES, Fabio Veras. Brazil's Bolsa Família: A Review. *Economic and Political Weekly*, vol. 46, no. 21, 2011, pp. 55-60.

SPOSATI, Aldaiza O.; MEIRA, Paulo de Tarso. *Transferência de renda no Brasil: entre herança recebida e a direção prometida*. São Paulo: Cortez Editora, 2023.

STANDING, Guy. Basic Income: And How We Can Make It Happen. London: Pelican, 2017

SUGIYAMA, N. B. Diffusion of Good Government: Social Sector Reforms in Brazil. Notre Dame, University of Notre Dame Press, 2013.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; FERREIRA, Leandro Teodoro; CARVALHO, Paola Loureiro. O caminho em direção à renda básica de cidadania universal e incondicional. *Revista Práticas de Administração Pública*, v. 3, n. 3, p. 41-58, set./dez. 2019.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Renda Básica de Cidadania: A Resposta Dada pelo Vento. São Paulo: L&PM, 2006.

SOARES, Fabio Veras. Brazil's Bolsa Família: A Review. *Economic and Political Weekly*, vol. 46, no. 21, 2011, pp. 55–60. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23017226>. Acesso em: 24 out. 2024.

SOCIALPROTECTION.ORG. The evolution of universal basic income: from pilots to policy. Episódio 41. Social Protection Podcast, 2024. Disponível em: <https://socialprotection.org/learn/podcasts/ep-41-evolution-universal-basic-income-pilots-policy>

TAVARES, Conceição. Restaurar o Estado é preciso. A Terra é Redonda, 2017.

TRAMANSOLI, Isabela; SIQUEIRA, Hipólita. A economia dos royalties do petróleo e os fundos soberanos subnacionais de riqueza: os casos dos municípios de Maricá e Niterói no Estado do Rio de Janeiro. *Espaço e Economia*, Rio de Janeiro, n. 27, 2024.

UBIdata. UBIdata: Data for basic income research and policy. Disponível em: <https://ubidata.io/>.

WALTENBERG, Fabio; KATZ, Paul. Renda básica e economia solidária: o exemplo de Maricá. São Paulo: Cortez Editora, 2023.

WISPELAERE, Jurgen De; Universal Basic Income for a Society Based on Trust and Dignity?. Resposta Cast, 11 out. 2024. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1O3KKLIV8vzLIDIL1JWGcb?si=A3ipi9SGTRq_BF3jTMilyQ.

APÊNDICES

A. ENTREVISTA COM JURGEN DE WISPELAERE

Transcrição completa de entrevista realizada em língua inglesa com Jurgen De Wispelaere em 23 de setembro de 2024. Disponível em formato de áudio no feed do Podcast “Resposta Cast” do Spotify e Apple Podcasts. Acesso em: 15 jan. 2025.

Paulo (P): Jurgen, could you start by breaking down what universal basic income is? And maybe, can you summarize how it differs from other forms of cash transfers that people might be more familiar with?

So, here in Brazil, we have the case of Bolsa Família, which is this very large cash transfer program. Everyone here knows about it. Somewhere around one fourth of the population receives it. Can you maybe compare these two and dive into what UBI really means?

Jurgen De Wispelaere (JW): Sure. So, so basic income sort of has an official definition of some sort, right?

There is a thing called the Basic Income Earth Network (BIEN). And, you know, this is, this is a network that has been around since the 1980s, 1986, uh, to be precise. And so in a sense, we are often the reference point for the standard definition. So basic income has five components. So it's cash, it's individual, it's universal, it's permanent, and it's unconditional.

And each of these elements is important. And you can start thinking of each of these being very different to other programs. So, cash, obviously, you mentioned Bolsa Família. That's a cash transfer, but there's a lot of social protection that is not cash. You know, that is sort of in kind services or vouchers, etc.

So that's the first distinction. But within Brazil, especially, but Latin America broadly, the world even, cash transfers now, of course, has become a big thing. So that's not the most controversial feature. Right? So that's very straightforward. The second thing is that it's individual. That is a lot more controversial because a lot of these cash transfers are actually either calculated at the household level, you know, so it's basically, it's the family that gets the amount of money.

And so, for example, if you know. If the husband works, but the wife doesn't work, and then the wife gets a job, the amount may change, and so on and so forth, right? So within basic income, it's very different. Basic income, it's individual. Every single person gets the income, and that also means, for example, if you're in a couple, you get two basic

incomes as part of the family, but if you split up, each of you gets their own basic income. Right? So, so one of the arguments there is that it's actually really, really good, for example, for women. And especially women who are more vulnerable in relationships, right? So, you know, like gender violence, which unfortunately, as we know, is a huge issue, right? Third one is that it's, uh, permanent. Right? And permanent means it's lifelong. So, the moment the basic income is instituted, that is literally an income, a regular income every month that you can count on for the rest of your life. So it doesn't change if your circumstances change, right? No one's going to take it away after 5 years, 10 years, etc.

This is meant to be permanent security. Why is that important? Because it allows you to plan. The permanent feature is, for example, when people start thinking about, hey, I can take four years to go to school, or I can retrain, or maybe I take a bit of time out, or I change a job, etc. There's always security, and part of the security is it's long term.

That's very different from a lot of programs at the moment, because a lot of programs, a lot of social protection is either based on categories. So, we have separate program for pensioners, we have separate program for children, for students, etc. Right? So we always have these programs that start and stop at different places.

Basic income is one thing all your life, right? So then the fourth one is universal. Universal means everyone gets it. This is a controversial one because always people are asking, why should we pay the rich a basic income? And of course, that is one of the things that is very, very, very different from, for example, the Bolsa Familia, because, you know, the Bolsa Familia is targeted to the poor part of the population.

Many cash transfers are targeted, but targeting is problematic. There's always gaps, right? There's always a number of people, and quite a large size of people... so if you look at this globally, certain programs, it's up to 50% of population that should be getting it that doesn't receive it.

Why? Because it's stigmatizing, because it's bureaucratic, because they, there's been some errors, there's been some delays. It's a lot of problems. So, making it universal means that there's no gaps. Everyone is protected. So people, when people ask you, why should we give a basic income to the rich? Well, you give it to the rich because it's better for the poor, you know?

So it's a little bit of a paradox, but the reason we give it to the rich is because that's the only way... full universality is the only way that you can have no gaps. Everyone is covered. And keep in mind that for a lot of people, there's a lot of flexibility in their lives. You know, there's a whole range of people.

They may be in the informal economy and then they have a formal job and they go back and maybe they start studying and then they go back in the labor market. And each of these steps, that's a problem because that's always a gap. That's always new application, new this, new that. Okay? Basic income doesn't do that.

Basic income is just one floor for everyone. Another thing worth mentioning is. Yes, the rich also get a basic income, but of course basic income has to be paid somehow, and usually that means taxes. So, in reality, of course, especially the more progressive models, it means that rich people get a basic income, but they also pay it back.

And actually they pay a lot more. You know, they're supposed to be funding the basic income for the poor people. So, this is a redistributive scheme. Okay? So, in some sense, it's really important to keep in mind, the universalism thing is really, really important not to have any gaps, but within that, you can't just think of basic income, you also have to think of the tax side, and then you can see that it's redistributive scheme that really is meant to work for the more poor people, but without being stigmatizing.

Right? There's no stigma attached because everyone gets it, so this is really important. Final, most controversial component: unconditional. Almost all programs in social protection in the welfare state have some sort of conditions attached, right? So sometimes this can be categorical, uh, conditions, like being a student for example, you know, it's more like a category, being a pensioner, etc.

Right? Within the working age population, that usually means that you have to say, for example, apply for jobs or you have to be in training, etc, etc. So, the idea of the traditional model is that you're entitled to some cash transfer provided there are certain conditions that you have to do. Basic income does away with that.

And the main reason for that is that ultimately conditionality causes a huge amount of problems. It's very, very stigmatizing. It means that people do not apply for programs. It creates all sorts of traps and so on and so forth. So basic income in some sense really is

this idea... It's a cash transfer. You get every individual, every person in a given society permanently for the life unconditionally.

That's what basic income is. Now you put all these five things together. This is a very unique program, right? So, each of these elements looks a bit familiar, but there is no such thing. There doesn't exist any other program that has these five characteristics. So, that's why basic income... it's a simple idea. It's somewhat familiar, but it really is a radical proposal because it's the only thing around that does that.

P: Well, thank you. That was a very comprehensive overview of this concept. Thank you very much. I feel like the audience is probably going to be very happy with a very, you know, detailed and summarized explanation. We will be touching upon, you know, further on in our conversation on some of the concerns around that. So, for example, how to finance that, if that would mean creating paralyzing levels of, of tax and so on. Um, but just while we're still on these five characteristics, I wanted to go back to the universality piece.

Why would you say, and this is something that's in the Basic Income Earth Network website, , that maintaining, um, the benefits to people, even if they, you know, ascend, their income raises and they move up to certain higher level income, um, why maintaining the benefits creates an incentive to engage in economic activities and not the other way around?

JW: Right? So first question is what do you mean by economic activities, right? Because when, when we have this debate, people don't talk about economic activities. What they talk about is labor markets. Right? Now, labor markets is only one type of economic activity, as, as we know, very, very well, if you, you know, if you pay attention to what's happening in the sort of the, you know, the reproductive side of the economy, effectively, there's a lot of things that is clear activity that should be recognized and should be supported, etc, etc.

So, so that's step number one. And it's important because in the history of basic income, one of the arguments that is very, very strong there is that we shouldn't be so focused on only labor market participation as the key goal, so to speak, right? So, so underlying basic income is, is really a view of saying that, look, if you give people a floor, a sort of income guarantee floor then you let them free to engage in all sorts of socially beneficial activities. A lot of people will actually use that to keep going in the labor market, right?

So one of the things we're getting from all these experiments is that the the the, the sort of the disaster view that people, you know, 10, 20 years ago were putting forward with basic income was that the moment we give people a basic income, everyone's going to stop working.

We don't see that happening, right? So we don't see that happening at all. We see, in some cases, we see increased labor. Like, more hours worked. And in other cases, we see a little bit of reduction. But the reduction could be because people are already working several jobs. They spend more time with their kids.

So, you have to have a political debate about whether that's a bad thing or not. Okay? So you can't just look at the numbers and say, Hey, we see a reduction here. Clearly, basic income doesn't work. You need to look at what it is that people do. When they even reduce their hours a bit less. Um, for example, going back to education, completing education, retraining is actually something that happens quite a lot in some of these experiments that we've seen.

So, you know, so in some sense, we really do need to look at the evidence and the sort of the danger that a basic income is going to be this massive subsidy for leisure turns out not to be true. And actually, on the contrary, we all know that unemployment traps is a big problem, right? So the problem with the targeted policy is that as you're getting more hours of work, the support itself goes down.

And at some point, you know, you're effectively working more, but you're not earning anymore. So the added hours you put in there is really economically, so to speak, makes no sense, right? You're not actually having any more cash. And on top of that, of course, people who work more hours then need to find solutions for child support or they have costs in terms of transport.

So, the actual implicit tax of working means that you actually lose money. So, that is the trap. So what does basic income do? Basic income gives you a floor. It supports you out of the labor market. It supports you in the labor market. Because every additional peso or reais or dollar that you earn you can get on top of that, right?

So the basic income never, never goes away. It's every, every additional hour you work is extra income. And if that's what you want, then you go work, right? It's that straightforward. So...

P: Yeah. And this universal feature of the UBI, of course, um, as you say, leaves room for other socially beneficial activities, as you mentioned.

Um, and, you know, something that appears to be very clear to me are, for example, care services that aren't necessarily, uh, remunerated, aren't paid for, um, for example, child care or care for elderly and other types of care services. And that appears to bring back that gender dimension that you raised in your last response.

Um, so these activities, of course, as we know, are in general on the backs of women who don't get paid for them because even though they are socially beneficial, they aren't considered as work or or, you know, the type of work, the formal type of work that we usually think of.

And, another point I wanted to ask you just before we move on from this more, you know, broad view of UBI is on its simplicity. So, something that's often highlighted, you know, when you read about UBI, its characteristics, is the fact that it is simple. And in your perspective, why is a simpler social welfare system a better one?

JW: Okay, so, so, two very different responses to that. The first one is to say, okay, from, from the perspective of the, the user, so to speak, the recipient of basic income, what makes it really, really simple is of course the fact that you get that one income, you know, however high it is, you get it the moment you, let's say, the moment you become 18, before 18, maybe it goes to the parents. Depends, right?

There's sort of different proposals out. But let's say from 18, the age of adult, uh, you know, you get your own basic income. You know that you're going to get this up until the rest of your life. There's no application. You don't need to check anything. It's all automatic, etc, etc, right? It's the most simple thing. Now, if you contrast this with any other social support mechanism, that involves filling out papers, it involves trying to figure out whether you actually are entitled to programs. And of course, when you go, say, for example, to a context like Europe, there's a lot of support for people, but it's a lot of different programs that interact in very, very complicated ways.

It's impossible to figure out what you're entitled to, how do you get it, how you make sure that you're actually receiving what you get, etc, etc. The moment your circumstances change... flexibility is the big thing, right? Families these days, they come and go, right? People have multiple families, children are in, they're out, there's, you know, um, people

divorce, they, they remarry with other families, with children, I mean, you know, your life becomes very complicated, your, your employment position becomes very complicated, people move around from country to state, etc, etc.

So all these complications means that every time your circumstances change, you need to start thinking about what am I entitled to? How do I get this? Where do I fill out the papers, etc, etc. Yeah. It's that complication that is one of the main reasons why so many people are not taking all the benefits that they are entitled to, right?

It's called target efficiency, right? So the target efficiency of a program is how many of the people who are entitled to it actually receive it and, you know, more means tested, complicated programs, they have poor target efficiency. So, the idea of a basic income is not only does it make your life easy, it's much, much less stigmatizing, but ultimately the main thing is that it's the way to guarantee that every single person effectively gets what they're entitled to.

Right? Now, that's what it looks like from the user perspective. Now, from the perspective of designing this program, it's actually not simple at all. Okay. So, so the simplicity is correct from one side, but if you're a policymaker, you need to start thinking how to fit the basic income within the existing system. Like in Brazil, if we have a Renda Básica, how does that work with the Bolsa Família? How do we fit these two together? What about others? What about the tax system? What about other programs? What about this? What about that? Brazil is a federal state, so you're going to have certain programs at the state level, certain programs at the federal level, you know, um, so putting it from the policy perspective, that's actually quite complicated.

So that is where still a lot of work needs to be done. But the moment it works from the user perspective, it's very simple and simplicity works, right? It's very effective, but also think of this really in terms of bureaucratic burdens, right? How stigmatizing, how frustrating is it for people to, to engage with a state that constantly controls them, constantly checks on them, all of that.

Right? So basic income doesn't do that. It basically says, you know, we have this one amount you get every month from 18 years old, for the rest of your life. That's it.

P: So you mentioned the, from the policymaking or designing and implementing there, there is a level of complexity there and part of that is how it coexists with other types of

social transfers. So I think you, that kind of answers the question, but, what you advocate for isn't, replacing other existing policies. It's a form of an add on in a way or not necessarily?

JW: Yeah, exactly.

One of the biggest, one of the biggest fears, especially amongst progressive, uh, you know, policymakers is that basic income is like a recipe to take out all the other programs, right?

It's like the dismantling of the welfare state of social protection. That is not the proposal at all. Right? I mean, I don't know... I literally don't know any progressive basic income advocate... I don't even know any conservative basic income advocate who thinks that we should get rid of everything else, right?

That's not what basic income proposal is. So, when you have something like a basic income, that means we need to have a very, very good look at the mix of programs that already exist, right? So the easiest way to implement the BISC income is if you go to a country that has no social transfers at all, no social protection, then it's very easy.

The moment you have other programs, you basically need to think, right? You need to think, okay, do we add them together? Is it possible to replace them? Because there are some programs that is actually legitimate to incorporate, like think about child benefits. Child benefit actually is a basic income for children.

And the same with basic income pension, the very low basic pension that, you know, some countries have the universal one, not the earnings related one, but the one that, that, you know, every pensioner gets, for example, in Canada, at the moment you become 65. Well, if your basic income is at the same level or higher, you could argue there's already a basic income for pensions.

So, it's legitimate to say we're just going to harmonize this. Okay? But then there's so many other benefits. Think about people with disabilities. Of course, people with disabilities need a lot of extra support. We're not going to cut that at all. Right? We're not going to cut earnings related benefits. So then we need to think about how to combine these programs with something like a biscuit. So from the policy perspective that is complicated that requires a lot of work.

P: Um, so you mentioned there's something I wasn't expecting to hear here that there are more progressive UBI advocates or policymakers or, you know, thinkers, and also more conservative ones. If you could just very quickly differentiate how this, you know, this political standpoint influences their views on this type of policy.

And also where's the common ground, let's say. I imagine those five characteristics you mentioned are kind of a common ground of the definition, but then how do they differ?

JW: So, it's not an easy question because, you know, it's not that binary, right? It's not, it's not that the progressive people all have the same model.

It's actually, there's a lot of variation of models on the progressive side. There's a lot of variation of models on the conservative side. Nevertheless, when you think about the conservative people, they do want, the conservative people, they like basic income because they don't like the state having power over people.

So they like the fact that the basic income is automatic, right? So, so they, they genuinely like the fact that, okay, this, this in a sense empowers individuals against the state. There's a lot of conservatives, or especially a lot of libertarians, who really, really appreciate this position. So, libertarians will argue, they say, look, to the extent that the state, has an obligation to support people, it should do that in a way that maintains the freedom.

And so this is what's, you know, what seems to be a key argument. And of course, they also have efficiency arguments. They know that current social protection has a lot of debt weight loss. It has economic loss because of all these traps, because there's too much bureaucracy involved. So, they want to cut the bureaucracy and they say have a basic income, the money goes straight to the people and that's more efficient, right?

That's your conservative angle. On the progressive angle, again, different variations, but for example, one of the big arguments on the progressive angle is that a basic income, for example, would offer more bargaining position of workers against employers, because the idea is, you know, if you have a basic income, you have a better fallback position.

So if your boss is, you know, a big pain in the arse uh, and he's not treating you very well in some sense. It's less risky for you to say okay, that's it I've had enough I'm going to take my Basic Income and go somewhere else. So on the left, for example, people are arguing a lot more about, say, how a basic income could function as a strike fund, right?

In some quarters. So the conservatives don't like that part of the argument. Although it's individual in a sense, people could still organize and it could effectively function as a strike fund, right? So there's a lot of argument, of course on the left people also have much more an expansive notion of, you know, it's not just the basic income. It's all these other programs, so then it's not about reducing bureaucracy, but it's about finding ways to you know, to, to make sure that all these things work together, right?

But there is a lot of variation. But it's absolutely true that you will find support for basic income across the political spectrum. But you also find opposition against basic income across the political spectrum.

So the the opponents, again, there's a lot of opponents on the left. There's opponents on the right and in between. So the politics of it is very complicated.

P: That's interesting. And I find I'm not gonna, you know, lose too much time on, on this, but I just had a reflection here on how this, you know, this bargaining dimension that could be a more left wing or progressive perspective , it's an angle that interests them, but you could make an argument I think that this could be also, you know, positive from a more conservative point of view, in the sense that you'd be taking off power from a collective institution, the trade unions, for example, and bringing it back to the individual. So that individual has a right, an individual right, which is, you know, receiving every month , a transfer independent on, you know, what he does, if he's working, if he isn't so on and so forth. And he could use that as a bargain from for his individual relationship with the employer.

JW: And this is, and this is exactly why you will find a lot of trade unions being opposed to basic income. So the trade unions on the left are very, they're very ambivalent at best. And in many cases, they're really, really opposed.

And the reason is that they fear it goes against the collective bargaining part. But then there are other people on the left, someone like Eric Olin Wright, who was, uh, you know, passed away a few years ago, unfortunately, but was a famous sociologist who always talked about real utopias, and he always had the argument that a basic income is not against collective organization, a basic income with all the individual effectively already having an income, so to speak, it can function as a strike fund.

So you put these two together, you find a way to use the basic income to support collective bargaining and collective organization. But it's an ongoing debate. It literally is an ongoing debate.

P: Well, now that myself and the audience have a better understanding of what UBI is, we've delved a bit into some of the features and characteristics and different perspectives on it. Now I'd like to hear a little bit about your personal journey with UBI. And just to give you and everyone a bit of the context, this is the first or one of the first episodes.

And the idea of this podcast isn't to discuss a topic, but rather to talk to someone, an individual. So, you know, how you got involved with it is part of my interest. So, I wanted to know what sparked your initial interest in this type of policy, what motivated you to dedicate a career to this topic at the end of the day and how have your views on UBI evolved over time?

JW: Right. So, I've been doing this for a long time, right? So I've literally been doing this for, I think, three decades now. So it really is a long time. My background, my first degree was in occupational therapy. So I don't know whether you're familiar with occupational therapy, but you know, it's one of the things that occupational therapists do, for example, if, if you had an accident, like you lost your arm or your leg, or you end up in a wheelchair.

One of the things occupational therapists would do is, at some point, we would help you, uh, you know, train to return to the workplace. So, as I was studying, I was doing an internship in a hospital and my job for several months was to train people with amputations and in wheelchairs to go back to the labor market.

So, here was the really interesting thing. So I was working with these people constantly. Now, at that time, there was you know, this was in the 90s, so there was a fair bit of unemployment. I knew that firms were not going to hire people with disabilities if they had an able bodied alternative. They knew this.

I knew that they knew this. They knew that I knew that they knew this. And at some point I was like what's going on here? You know, what is this? It's almost like we're playing theater here. We're pretending that we're gonna get people fit to the labor market because that was the model.

That was the first time I realized there's something fundamentally wrong with how focused we are on labor market as the core goal in life and the only way to be a valuable

member of society, etc. So then after that, I actually started studying philosophy and for my dissertation, my master's dissertation, I did a dissertation on the concept of work, so I did the historical and philosophical analysis of how the very idea of labor and work and occupation changed over time and the philosophical issues that came in there, and at the very end of that, I came across this book by Philippe Van Pares. Philippe Van Pares is like the Pope in Basic Income World, right?

This is, uh, this is Francis in Basic Income World. And he wrote a book called Real Freedom For All, which is called the Surfer's Book because it has a picture of a surfer and the argument is that Biskinkum would actually allow people to go surfing, which I imagine in Brazil is a very good, uh, good idea.

Um, not so much in Belgium, but, uh, so, you know. But anyway, I came across this book, uh, and it was just as I was finishing my dissertation, but in my concluding chapter I had something like, hey, how interesting would it be if we separate income from work? And that was the first time I was thinking about that.

Then, I got so intrigued with that idea. I read more. I started going to some seminars, some public talks. And then when, you know, when the idea came to start studying in London, I basically said, okay, I'm going to think about basic income as part of my PhD. Um, I have to admit, at various points of my life, I tried to escape basic income.

I've tried to do other things, but basic income is a trap. The moment you really get into it, you're in it for life.

P: No coming back.

JW: There's no coming back. So...

P: Well, I'm getting worried here then.

JW: You're not quite in the trap yet. You might be close.

P: Yeah, yeah. I might be tipping into dangerous waters here.

Um, well thank you very much for sharing that. And just, you, you mentioned Belgium, I imagine you're originally from Belgium, is that correct? I'm Oh, lovely. Um, yeah, I've been to northern Belgium .

JW: I'm from the north as well, so I'm Flemish.

P: Yeah. Okay. Yeah, I, I Imagine from, from your last name.

So Flemish is. Very close to Dutch, right?

JW: It's very close. It's different but close.

P: You

JW: know, okay.

P: Yeah, I found it. I found it uh stressing, you know driving around northern Belgium because I couldn't understand one sign on the streets and you know, they had these huge words that only like a W changed into a V at some point and then it was like a completely different city.

So, we did end up getting to some strange places and all of that in that trip. Yeah. But lovely, lovely place.

JW: I left, I left the place 30 years ago. I've been visiting since, but I haven't lived there in ages, but... okay.

P: Well, then again, thank you very much for sharing. The reason I'm asking this is because I strongly believe that behind every idea there is a person and a person is also built and, you know, grows according to the ideas, they kind of foment in them. So, hearing a bit about your background, for example, it makes a whole lot of sense that you come from occupational therapy, especially, um, you know, I've heard you raising concerns a lot about care economy and how that kind of lost focus in the last couple of years, um, with the rise of the AI debate and, and, you know, so it makes sense that you have that background and that you are where you are today.

So it's, it's, it's always nice to hear this more biographical dimension of, of people. And, uh, still in this sense. So you mentioned, uh, Philippe as one of the influences. Is there anyone else that influenced your approach to UBI and your... I mean, how, how do you see it today?

JW: Yeah, so. I mean, because I've been doing this for so long, in a sense, it's, it's not a single individual. It's, you know, it's really a range of people who at various points started influencing me. And to be honest, I mean, I learn a lot. I work with a lot of different people.

So, I learn a lot from the people that I work with. Right? So, so for example, like in, uh, you know, in Brazil, I've, I've, I've, I've written something and I'm, I'm still writing things with Fabio Waltenberg at UF, so I learned a lot from him, you know, so everything I learned from Brazil, so to speak, I get from Fabio.

And so over the time I've actually really taken on board a lot from, from very different individuals. So there's a whole trajectory. If you go through, say, for example, through the research that I've done, it's almost like waves of topics, like I worked on administration for five, six years, and then I moved to something else.

And you also see that I end up working with different people, so I learn a lot from different people. So, one of the interesting things is, as you're getting older, now the people I learn from are the younger ones, right? People always have this idea that you learn from the old guys, but at some point, it changes.

A lot of my projects now are with PhD students and I learned from them. They don't know this. They think that they learned from me, but it's the other way around. So, so, but, but one, one of the things I would say is, I mean, it's changed a lot in the last of five, six years, or maybe even 10 years, but before that basic income was a very insular debate.

And the main reason was that, you know, there were some people who really liked basic income and we ended up talking to each other and then everyone outside in the world basically thought that we were crazy. So no one was taking us seriously. So there was always a thing where people inside the debate were kind of always talking about the same things.

And I got very bored. I told you before several times I tried to escape and it was because of that, because I really thought that the debates weren't going anywhere. So I was always looking for people on the outside. So I've always been more interested in talking with the people who are critical about this kingdom, right?

The only problem is In the early days, the people who were critical about basic income never spent any time thinking about it. They didn't understand the policy, so their critique was a bit stupid. But now, we're in a really, really good place where we have a lot of critical people, but they take basic income seriously.

So for me, that's where actually I get a lot of my really, really interesting ideas. So it's engaging with the people, not, not just the people who like basic income and who are

proposing basic income and researching. I actually prefer to talk to the people. Who don't see themselves as basic income people.

Mm-Hmm. . But they know the policy. They're very critical about it, but they do really, really good work. So they, they are the ones who give you the real challenges. You know what I mean? Mm-Hmm. . So then again, Mm-Hmm. . So...

P: It's very refreshing to hear that because part of, the mission I'm trying to accomplish with this podcast is precisely, you know, raise these gray area discussions and and hear from people, for example, you as a UBI advocate, you know, what are these critiques? what what are the ones that that you know, our most most solid and are hardest for you to refute and then that kind of you know changed your your way of seeing UBI.

JW: But can I, can I pop in there? You called me a basic income advocate. And I'm not sure I am a full basic advocate the way you will find quite a few of them. I mean, a lot of people that I hang out with them, my friends, they're basic income advocates. They they're real believers. You know, I, I'm the sort of person, if I talk in front of a very skeptical audience, I become a basic income advocate.

But when I go to... So BIEN, the, the international organization has annual, uh, big Congress, like the world three days where we, you know, people from around the world get together to talk about basic income. Uh, that happened at the end of August here in Bath. And actually the next one will be in Niteroi.

Uh, you know, in, in, in your part of the world. So, uh, so that will be really exciting. We're expecting all the Brazilians there, but in this Congress in Bath, I actually become the critical one. So, I'm always the one, um, you know, raising the problems. One way to think of it, I think within the basic income world, there's a, there's a lot of people, you know, they're making sweaters all the time, they're taking ideas and they're building it into sweaters.

So, I do the other thing, you know, I'm the guy who sees the sweater and there's a little loose thread and I keep pulling and pulling and pulling and if they don't stop me, there is no sweater. So that's what I do, right? I think, I think it serves a purpose, right? I mean, the reason I hang out with the basic income people is because it actually contributes to the debate.

But I'm not sure I'm an advocate who thinks that basic income is the best thing in the world in every country at every time. You know what I mean? So, in that sense I I I think there's a lot to the idea. I think it's fascinatingly interesting. I think we need to talk about it. I think especially as a as a critical tool for a lot of the way we organize our social transfers and social protection is extremely useful. I'm not sure that's enough to make me a full basic income advocate, if you know what I mean.

P: That makes sense. And I definitely think this does serve a purpose, not only, you know, in the field of UBI, but whatever field of thought, really. Um, and I think this is a nice segway to my next couple of questions, which is: in a mixture of futurology and wishful thinking, could you describe how societies might look if they fully embraced and implemented UBI? And in broad terms, what changes you would expect to see in social, cultural, and economic structures? And maybe as an add on, just before I pass on the floor to you, what are the societies you think UBI are a solution for and which one aren't because you said it's not necessarily, you know, a one fits all cases.

JW: So no, no, no, no, um, it's both a very good question and almost an impossible one to answer, right? There's sort of two very, very different ways to think of basic income. The one way is to think that it's going to cause this major transformation. Like, you know, there's people out there who genuinely think the moment we have basic income, the world as we know it will stop to exist, and there will be a real utopia, and that world will be massively different, there will be much more equality, poverty will be gone, uh, people are moving in and out of jobs and so on and so forth.

I mean, you name it, right? AI will take on all the bad jobs and the rest of us, we're all musicians. We're all artists. I'm kind of making a little bit of a joke about it. And surfers as well. Yeah, and there'll be some surfers, you know, because you need to feed the white sharks somehow.

Right. So, uh, So that's one vision. Right. I'm not one of the people who thinks that. Like I, I don't, I don't have these grand visions with the basic income. So the other way to think of basic income is just one tool in the box, right? You have a big toolbox. Social protection is a big toolbox.

Welfare states is a big toolbox, right? It's a different box for a different country because, you know, we have all different histories. We have different issues. You know, AI may be a global problem. Climate is a global problem for sure. Lots of things are global problems,

but they still play out in very different ways because Brazil is not Finland, it's not UK, it's not Belgium, etc.

Right? So, So basically the mix of the tools in the toolbox will be different and this, you know, maybe basic income is in every toolbox, but the tool, you know, basic income as a tool may still look a little bit different in each of the boxes and each of the countries as well, right? So, so why am I using the toolbox metaphor is because then you have to think of basic income having a really positive impact, but but much more incremental.

It's really, you know, this is about fine tuning your car. I mean, yes, you're going to notice this, but it's not the one thing that's suddenly gonna turn your, whatever, your car that you've bought 25 years ago into this amazing kind of Mustang type of thing, right? It's not gonna happen.

There's not a one button kind of solution. Right? So, why do I think it's still worth doing this? Because I do think that the world constantly needs a lot of tools working together in a good way. And I think basic income in the mix is going to have an impact on also how we organize our other policies.

Right? So even if basic income is just one thing and there's 25 other policies, it has to interact with them, which also means over time, these other policies are going to have to be adjusted. My hope is that ultimately we're just creating a society where we have less focus on this crazy labor market stuff, as in, you know, work is the only thing that's worth doing.

We need to step away from that focus, if only for environmental reasons, etc, right? So, I hope that this creates a world in which gender inequality goes down up to the point where we do really start appreciating work life balance much more and reproductive work and etc, etc, right? I think there's a world out there where you know, we, we no longer think of poor people as this group of other people who are different from us, who are somehow making bad choices all the time, who are, you know, it's almost like aliens, right?

Literally. I mean, not, not aliens, different country, aliens, different planet. So I think basic income can help that, can help the people themselves becoming less stigmatized, being more dignified and society hopefully becomes more dignified.

So I did an interview, I think 10 years ago in Denmark, where they asked me, what's your view, what are your principles, your core values attached with basic income? And I said

there's two. There's dignity, there's trust, right? So at the moment, all our social transfers our social protection, it's about controlling people.

And it's about making people go through very undignified processes that effectively makes them feel worse half the time in order to survive, right? And I just think that makes no sense. Fundamentally, that's just not a society I want to live in. So how about we basically decide that a decent society, every single individual should feel like a decent person?

Right? Equality is part of that. And on top of that, we should trust people. We should basically provide people with the floor and then trust that they know what they're doing, that together we can sort of find different ways to do things. And for some person that is being in the labor market and for another person that might be volunteering, for some person that might be learning how to play an instrument and standing on the street corner and playing, who cares, right?

But relax, you know, relax, trust, let people do their thing. That's kind of the vision, if you like. But there's a long way to go there, right? Because, of course, in the meantime, I watch the news and I see whatever, you know, there's the American elections at the moment, and I think, how can half a population vote for the orange dictator, etc.

And, you know, I mean, I don't want to get political, but, you know, you're talking about Brazil. You know, I mean, and it's not, it's not just Brazil. It's everywhere in the world, right? So, so, so it is, it is a vision on the one hand, and then it also gets tested with reality all the time. Right? But one of the things that we learn from the world is that this isn't just about poor people, you know what I mean?

Within the sort of discourses of the welfare state and social protection, it's really the poor are sort of different. And clearly, this is not how the world works, right? I mean, you know, people have different views and it doesn't, It's not tied into your economic status. So, basic income can basically help with that. You know what I mean? Just this floor and then find a way to basically get our societies a bit more cohesive or, you know, or a bit less divisive at least, and try and be a bit more collaborative and see where that goes, right? So it seems worth trying.

P: As a Brazilian. It's hard for me to talk about UBI and not mention Eduardo Suplicy you know, as you know, is this very famous Brazilian politician, uh, the longterm UBI advocate. And I think he would call his himself an advocate.

JW: absolutely. No doubt. Yeah. Yeah.

P: Um, and many times I've heard him say that, uh, UBI is a pathway to building a just and civilized society. So he kind of raises these two terms just and civilized. And I wanted to ask you if you think this aligns in a way with the vision that you have. You mentioned dignity and trust. Right? And I feel like in a way there is a relation.

'cause of course, you, you say for example, dignity of not making people feel bad, uh, that they have you know, there's stigma around receiving a certain benefit. Well, a world in which that doesn't exist is a juster world, in my perspective. And also, the trust element, people trusting the state, the state trusting the people, and people trusting each other, also is a component of... and this is, this can be a tricky concept, the civilized concept as a historian.

I could be a bit picky on it, but it feels like in Eduardo Suplicy's vision, building a civilized society is a society where people trust each other and state trust people that they know what's best for them and they can, you know, go after their own dreams and wills and, and not necessarily be stuck in a specific kind of program and, and so on.

So do you have any comments on that?

JW: I mean. No, no, no, no. I mean, so, so I've known Suplicy for a couple of decades as well, right? So, uh, so Suplicy famously is the person who came to join us in BIEN, and it was actually Suplicy who proposed that we should make BIEN the Basic Income Earth Network to, you know, represent the global organization.

So, so, you know, Eduardo has been very instrumental. We all know him. He was at the Bath conference. Of course, he was singing. You know, he always sings at every conference "blowing in the wind", "blowing at the wind. Exactly. So, you know, so he did the full show absolutely. So there's a lot, you know, we can, of course... I'm a philosopher, you're a historian.

We, we can, we can discuss the specific terminology, right? You, you mentioned justice to a philosopher and a philosopher will tell you there's 25 different theories of justice and what do we mean, etc, etc. So we can debate these things, but I think the fundamental

alignment here very much is, is, is also a very shared understanding that it's, it's not about what is justice, but it, but it's that the world as it is right now is fundamentally unjust and oppressive and undemocratic and uncivilized and undignified and not trusting, etc, etc. All these things clustered together, right? I mean, you know, you live in Brazil at the moment I'm in UK, actually the UK is kind of similar problem, but you know, when I go to Chile, I'm always really like, the experience of the level of poverty and inequality, I mean, you know, like, how can you look at that and not think that something has to change, right?

That at the most basic level, you know, within the basic income community, we have a lot of very, very diverse views on a lot of things about basic income, but also about, you know, different politics and so on. But there is a fundamental view that the world as we know it right now is somehow crooked. You know, it's not And there's just, there's, there's too many people suffering and we need to start putting a floor.

And this is, this is the, the ambition of basic income right? It's this one simple floor underneath, hopefully then creating a dynamic that gets us more justice, more civilized engagements, you know, more social solidarity, more trust, more dignity, whatever you want to call it, right? But that's a long process, of course.

Now, Eduardo, as you said, he's an absolute advocate. He sees links between, you know, Jesus and Martin Luther King and the Dalai Lama, and he thinks we're all in this project and, you know, I'm a little bit more on the I'm more, I'm more with the toolbox, as I said. Yeah, yeah, yeah. Fundamentally, we're, we're all moving in the same direction, if you know what I mean.

P: Thank you very much. So, coming back to a more concrete discussion on UBI: in recent years, there has been a notable increase in UBI experiments around the world. Could you highlight some of these initiatives and discuss their importance in your view? And maybe this is a good moment for you to mention the UBI Data project that you're involved with.

JW: Great. Yes.

So, um, basic income experiments are like the biggest game in town and have been for the past 10 years. So to, to put this in the context, so 15 years ago when people like myself,

We're talking about basic income, we had these small seminars in the basement of some university room. You know, there'll be like five people sitting there.

I mean, you know, this thing wasn't happening. Like, it was like, you know, it was a bit of a cult talking to each other. We were all having fun, but you know, a little bit of a crazy group, right? So, you know, What the experiments have done, which is amazingly important, is they just opened this all up, right? So they literally blew it open.

And if you think of the sort of the history of this, the thing that actually kicked it all off wasn't an experiment, but was a Swiss referendum. So Switzerland, at some point in 2013, they, they had enough signatures that, uh, you know, the Swiss government basically had to organize a referendum. So, the referendum a few years later got voted down, but, but that was fine.

I mean, as in, no one actually expected that they would win. I mean, most of the Swiss referendums get voted down. But the most important thing that happened was that, during that time, they had a huge campaign, very original campaign. You may remember, or you can Google it, they, they had this, uh, huge garbage truck with a small coins and each coin represented the Swiss citizen and they dumped it in the capital in the main square.

So there was this mountain of coins and this was part of the base kingdom campaign. Of course, as you can imagine, this went all over social media and media, etc. So suddenly, suddenly, it wasn't just people like me and a few others talking in the basement, there was an actual thing happening, part of policy process.

Now, the Swiss referendum, you know, it was kind of, you know, the referendum, you know, it was a two year campaign, and then it happened, and then it got voted down. But by that time, the Finnish government and some of the Dutch municipalities had already announced that they were going to do an experiment. So suddenly, you know, social media, oh, wait, uh, you know, we're done with Switzerland, but oh, we're going to look at Finland, and we're going to look at Utrecht, and some of the other ones.

And it just kept going like this, right? So every time, you know, the finish thing was a few years and then there was something else, you know, we had beam income in Barcelona. We had, of course, at the moment, there's all these US experiments in between. Of course, we had COVID, etc, etc. But it's like basic income never went away.

And it wasn't just social media. It was social media, it was media, governments start really, really discussing this, the World Bank has a report, the IMF talks about it, OECD, uh, CEPAL or ECLAC, you know, the, the, you know, your, your colleagues on Latin America, I mean, suddenly all these organizations, you know, like they're all taking it seriously.

From a critical perspective, but it's really, really important. So for me, the value of the experiments is that it literally, it literally put basic income on the map. And as we're doing experiments, we're doing three things, right? Of course, people are always talking about the evidence, right? Oh, do we see more labor market participation?

Yes, no. What is the impact on health, et cetera, et cetera. Well, all these figures, you know, They're sort of okay. I mean, depending on the design of the experiment, you know, you, you, you basically find a little bit more impact on labor market. Yes or no. It's very, very sensitive to the design. So, you know, one, one of the most important things worth mentioning is there isn't a basic income experiment that can really, really test labor market effects because they're just too small.

You know, in order to test real impact on the labor market, you actually have to have really large experiments that also impact job creation. We're never going to get that with small experiments, right? So keep that in mind, right? The politicians always talk about the labor market, but that's not where the interesting stuff is happening.

The interesting stuff is happening when you think about, for example, you ask people about their well being and their health and their trust. We mentioned trust before, right? All the experiments, every single one is showing more trust in government, more trust in other people, etc., etc. I mean, those are not unimportant features, right?

So, that's the evidence. The second thing that experiments do is it's like testing the machinery. The experiment means that you have to very practically find a way to fit your basic income into your particular society, right? So in Finland, we have 2000 people randomly distributed. We have to think how that would happen with.

Uh, linking with the other programs and what would we do with the taxes and the this and that. So, it actually teaches us a lot of how we could implement this, right? So, this is really, really important. And the third thing, and for me the most important thing is, it just becomes part of the policy process, right?

So, so suddenly, we have these experiments, that means politicians are engaging with them, different stakeholders, interest groups, there's more forums, citizens become more aware. This is, this is how you build political coalitions. This is how you build a constituency, right? That's, so those are three really, really important features for an experiment.

And honestly, I don't care whether a single experiment is telling me that someone's going to be working less or more. I don't care, right? But I do care about the other two, about finding out how does it fit in the society and about the political process, right? So. So, uh, so that, that's, I think the experiments really changed the world, basic income world, right?

Really, really, very importantly. Should we do more experiments? Well, yes, because we want to keep these momentums going and every country is different, right? So it is. good to keep these things going all the time, right? So you mentioned the UBI data project, so let me very briefly tell you what we're doing.

So UBI data is, so I'm the project lead, in fact, so it's a project that is, um, coordinated by the Basic Income Earth Network, so with colleagues within BIEN, but also with a number of other groups. So we have about four or five different partners, right? Uh, some, some, we have people working on data extraction and engineering and the, you know, the sort of the user interface, et cetera.

We have a lot of different people doing different things. What is UBI data? Well, UBI data is meant to be a one stop shop for all your objective information around basic income. So think of this as the basic income version of our world in data. You may be familiar with our world in data, which is a huge website, has a lot of information, but also spends a lot of time thinking of how to visualize this, you know, it tries to make this information accessible to a wide range of users.

We want to do exactly the same. Why do we want to do this? Well, if you think of basic income information, you know, a lot of people get their information from articles that get copy pasted, you kind of lose all the reliability. There's a lot of stuff from social media. We don't notice even when you get the actual reports.

A lot of these reports, they're incomplete, they're focused on specific things, they don't give you the full picture, it's difficult to understand all the relevant features, etc, etc. So

what we're doing, we're gathering all this information. Like we go, at the moment UBI data is in beta version, so it's very limited, we only focus on six countries, etc, etc.

We have 18 experiments, so we only focus on experiments at the moment, right? And within that, we literally went through all the publicly available information, but we also then contacted each of these organizations that were involved in it. We interviewed three, four people, made sure that we have all the background information, and then we harmonized this.

So we make sure that in some sense, there's a bit of a template. So all the information is up to a point comparable. So that's, you know, that is something you don't get if you just look at simple reports. So the idea would be you go to UBI data, you can have a look and say, Hey, Finland finished experiment.

You know, these are, this, these are the descriptive features of the experiment. This is how much it costs. This is how they organized their sample. This is how they organized their implementation. These are the people who were involved. Then we go to, say, results. We have results on health and well being, on labor market, etc.

You can have visualizations. You have tables. You can download this. All the information is freely available, right? Okay, so the key thing with UBI data, and this is important to mention at the moment, it's beta version. We want people to visit it. We want people to play with it. And we want you to contact us and give us your right, you know, let us know what you think, what works, what doesn't work, what should we be doing, etc.

Because the next stages, we're going to start expanding. More countries, a lot more countries, more time covered, but also more data modules. At the moment, it's only pilots, but we want to do media data, we want to do political data. We want to do surveys. We want to do micro simulations around the costs and how the programs change.

We also want to do, um, have a module on grassroots. So all these grassroots organizations that are, you know, getting involved in BISKingCompete, all of that. So this. will be a really, really big thing, but it's supposed to be user driven. So please visit us, play around with it and send us comments and we'll incorporate all that as we're building it.

P: Well, that's a great message for, for all of the audience. And I'll surely do that myself as well. Um, even though I'm a historian, I've been working with knowledge management for almost six years now. And, you know, one thing I learned is the importance of doing

effort of harmonizing information, having it all in one centralized place and all of that, the usefulness of that in advancing debates and making, you know, ideas become reality.

I had a question on the, on the UBI Data Project, around if, if, even though it's still a beta version, if you could, if you would say there are any insights you take out of it, but from my when I'm understanding the idea isn't necessarily that you will actually have inside, but rather, you know, provide that all the data and information for other people to come and collect and use and then produce knowledge.

JW: exactly spot on? So the whole point of UBI data is not us making decisions or us, say, for example, uh, you know, deciding that this is the best experimental thing. Are we going to do this? We're going to do that. None at all. All we're doing is providing a resource and we want to provide this resource for academics for politicians for journalists for you know people like yourself, you know, you're interested in this kingdom in the podcast.

You want to know more etc,etc. I mean you name it right a general audience I mean, you know my grandmother who just found out about this kingdom last week and is a bit interested and you know, so we will, we will also. Play a lot with sort of different pathways to make this information available, much more narrative as we're building this out on the one hand, but also much, much more technical.

So the people who really want to dig into the statistics, they can do this as well. So it's really, but it's really meant to be a resource. So the key thing for us is we're not telling you what counts as a good pilot or not. We're bringing everything together. We're cleaning it. We're making sure. that we're 100 percent sure about the information, right?

We're checking it, we're double checking, we're triple checking, and then we're finding as the most user friendly way to display this, and it'll be a one stop resource. So, you know, the moment you want to know this, you go to UBIdata, you see our map with the countries, you can see which countries have data, you can click in there, you can start playing around, right?

So, that's the point. But yes, I don't have any insight. I have one insight, as we were doing the project, which is, it's incredibly how complicated it is, because literally every single of these experiments is Very, very different. They have different design. They have different ways in which they measure things.

They measure different things. They, they may, along the way as they're running, they're making decisions. For example, some of them do surveys. just at the end of an experiment, and then some of them do that a year later. And, you know, those things matter, but you don't find this information. You need to really look for it.

So it's, it's actually really, really incredible, the variety and how difficult it is to just lump all these things together, right? When, when, when people, for example, say, Uh, yeah. All the experiments are showing that, uh, we have good health impact. Yes, that's true. But the moment you start thinking about, okay, but which health impact, you can actually not compare it anymore.

P: So there's different things,

JW: So one, one of the services that we're providing in a sense is we're, we're sort of telling you up to what point is it actually really valid to make. You know broad statements and at what point the best you can do is just dig into the cases, but you need to be careful. We're doing all that, right?

P: Well that does sound like a lovely project and I do hope you get to the point where you know, there's This comprehensive mapping and you have, you can compare different things and, um, and even get to the point where you don't only look at pilots or experiments, as you mentioned, but also actual policy and, um, and speaking of which I wanted to, maybe we could move on to example of actual policy, uh, which is the case of Maricá. So Maricá is a municipality in the Brazilian state of Rio de Janeiro that has been developing a set of policies, which seem to be aimed at establishing a UBI for the, for over a decade now, right? I think, I think they started back . Um, so could you, Please share with us some insights on the Marica experience with UBI.

What makes this case stand out to you? And also tell us a little bit about the UBI, UBI mark project project. I'm sorry, let me let me let me ask that. And also maybe tell us a bit about the UBI mark project you're involved with.

JW: Okay, great. Yes. So I am extremely fascinated by Brazil as a country. The related to basic income, because of course, there's the whole history with, uh, you know, the law, uh, that's, that's been on the books for several decades now.

Right. And of course, there's the background of the Bolsa Familia, but then the most, most recent, really interesting innovation is while, while all these countries around the world are talking about pilots and experiments. Brazil basically at the municipal level started actually implementing a quasi basic income type of policy.

So Maricá was the first and so we keep referring to it as the Marica model, so to speak, but it's really, really important that at the moment this is spreading. So for example, uh, you know, within the state of, of, Rio de Janeiro, I think there's already 12 municipalities that either, uh, you know, have it, basically have decided it and are in the process of developing it or they're very serious discussions.

And that includes, for example, Nitoroi, right? So, which is really important. Uh, even in, in, in Rio de Janeiro itself, there's a, there's discussion about doing something like a Maricat type of policy in part of the city, right? So it's going to be much more, um, focused. So, so what is the Maricá model? The Maricá model, in a sense, is the idea of a municipal Renda Básica, the Cidadania, tied in with the Cadastro Único.

So it's, it's basically focused on the poorest part of the population. It's paid out in a digital currency. So in Maricá, there is the Buka, which then has the Bank of Buka, so there is a community bank which links it. And of course, uh, you know, one Buka is one real. And, and so there's, there's ways of people to spend within the city, but it can also transferred in reais, uh, so for example, the businesses, right, like the supermarkets, they transferred in reais, but then they have to pay a little interest and that money gets reinvested. This is all part of the solidarity economy. Of course, in Maricá, this is initially funded by the oil. So, you know, Maricá has the benefit of having, you know, the very large coastline, so they get a lot of the city budget is really, really huge because of the oil license money.

Um, of course, and this also applies to some of the other municipalities that are doing this, but for example, as this idea, this model is expanding, we're now also encountering municipalities that don't have that budget, so they need to find variations, right? So, um, so why, why is Maricá so important?

Because, uh, yes, it's a quasi, uh, basic income, you know? I mean, like, like, Because it's tied into the Cadastro Único, at the moment it's only covering the poorest, uh, share of the population, but I think within, uh, within Maricá, that's something like, like 30 percent or something like that, or 25%. So it's a, you know, it's, it's, it's a big chunk of the population.

Of of, uh, the people and they have the intention to expand. So the intention within the municipality is that this does become universal over time, right? So building it up. But the most important thing about this is that. And where a lot of the countries are experimenting with pilots, here we have an actual policy.

This is not a pilot. This is something that's actually implemented and will continue. The politics of that is very, very different, right? So we can learn a lot from that. The other thing that's really, really fascinating is that we're now talking about not nation or federal, state, policies, but we're talking about municipal driven policies.

So that, that just opens a whole set of ideas and debates and issues, which, which I think is really, really fascinating to bring into discussion, right? So very interestingly, in the Brazilian case, if you think of the history of the Bolsa Familia, I mean, you're in Campinas now, right? So my understanding is that, you know, this is the birthplace, so to speak, of what used to be the Bolsa Escuela, right?

So, the history of that is, it starts in one or two municipalities, it spreads, you know, across, you know, within the state, across the states, and at some point, the federal government picks it up, you know, of course, I mean, there's some, some proposals from people in the, in the parliament, but at some point, the executive picks it up, starts instituting it, etc, etc.

So one of the things that we're looking at now with the UBIMar project is do we see something similar happening with Renda Basica? Maybe there is, we're at the start of a trajectory where the Renda Basica is starting somewhere, is spreading and for example, so So UBIMar is a project that, uh, is mainly based at UFF, so Fabio Waltenberg is one of the lead people, but for example, also includes Leandro Ferreira, uh, who, you know, works very closely with Suplicy and is the chairperson of the Brazilian Basic Income Network.

We have partners from, uh, outside. So we have partners from, you know, Germany, from Chile, from United States. So we have a whole team of researchers looking into this. And actually we're going to expand to include some people from the UK. What we're actually doing is, it's all about the politics of understanding how did Maricá happen, right?

How does it expand? But as it expands, how does it change? As it goes from Marika to Niteroi, it's not quite the same thing. There are some changes. What is explaining all this? And then the step of What is the future in terms of the link to the federal, uh, government?

So we want to really, really understand the politics behind all this, you know, what are the challenges?

How was that overcome? What are the constraints? What are the possibilities? And the idea is to really learn lessons that we can export into the general basic income debate. That is. So, and it's, it's absolutely lovely working with, you know, the Brazilian colleagues are great to work with. So it's, it's been a lot of fun and it's a lot of interesting things.

We were basically about to start writing up some of our initial research findings, so to speak, so in the next year, there'll be some actual research results being published. So, but for now, we're still, you know, this is a young project. So we, you know, we're still in the sort of the phase where we're doing a lot of interviews.

And one of the things I'm, I can mention this now, but. Because you have municipal elections coming up, right? So, yes. One, one of the things that we're very keen on is trying to understand whether, how does the end or the solidarity economy model, how does that play into the current municipal elections?

Because they're the first ones after the, uh, the pandemic, right? I think,

P: yeah. Yeah. They are simple because the last one wasn't. 2020. Yeah. So yeah, middle of the pandemic. So, you

JW: you know, so the previous one was in the midst of a pandemic, which of course is a whole thing. Now we actually get to see the first time as all these, you know, money come models have expanded.

And so one, one of the questions we have is, do we see a different debate happening? in the cities that have the RendaBasica or that discussing it versus the ones that where it doesn't feature. So, so we're basically we're setting up a whole project that's going to look at, for example, the social media of all these cities that are already discussing and, and look at all the campaign, uh, you know, discourse.

And we're going to sort of have control cities, you know, other cities, but without or in the Basica and compare this, etc, etc. So we're doing a lot of fun stuff.

P: Well, that does sound, sound very interesting. Um, it is refreshing to me to hear that the UBI debate isn't stuck in, uh, Uh, let's say a nationalist kind of framework, only

looking at how states, whole states are dealing and thinking of this, but rather looking at different actors, subnational actors, for example, the case of Maricay and other municipalities.

Um, I am a historian as it's my undergraduate course, but I am actually, uh, in the middle of a master's degree in. In international relations. Uh, and the kind of the school I'm in is exactly looking at other actors and how, how they play in the global governance of different topics. And I think UBI is one where it's very clear that sub subnational entities, for example, play a very important role.

JW: I think that's right.

And let me, let me just add one more thing to it. Um, so, so within the global basic income movement, people are really starting to pay attention. I mean, UBI Mar is the first. Well, strictly speaking it's not true. Fabio had an evaluation project. Only on Maricá with with a family institute, but we're UBIMar is the first project that looks into the politics and the expansion and all of that.

But now within the basic income, the global world, uh, people are starting to pay attention. And one, one of the interesting things is, so I mentioned this before, but, uh, uh, Niteroi will actually be hosting, uh, well, well, UFF will be hosting the next World Congress at the end of August. And, and actually, but part of it will also happen in Maricá itself.

So the Maricá City Council and the Niteroi City Council were really, really interested in this. And so we actually had you know, we had someone from the Marica City Council who came to the BAF Congress to, you know, to basically learn about the movement, etc. And I...

P: Was it, was it Adalto?

Yes. Oh, I did an interview with him a couple of years back in the context of my master's degree.

JW: Yeah. So he came and there was someone who was supposed to come from Niteroi, but that That that didn't work out, but but the idea was that it was going to be representatives and and I went with Leandro Ferreira and with Fabio Weltenberg. we went to Marica and, uh, and to Niteroi. We had meeting with, you know, several of the secretaries and the people involved there, uh, uh, to basically present the case for a host in the Congress. And there's a lot of enthusiasm there as well. Um, so, so I think this is

going to be a really amazing event. And then, of course, you know, you have the people at the federal level, like Suplicy, of course, uh, who are really fascinated with all this as well.

So, so, I mean, Maricá and Niterói and the other cities, or municipalities, they're, they're really getting on the map in the whole sort of basic income discussion. So, but we still, you know, we have so much to learn and, you know, so much to find out and discuss and so it'll be, it'll be exciting.

P: It does sound exciting.

Um, you, you mentioned a little bit about the, how this process of, you know, here in Campinas, we had the Bolsa Escola, um, program and that kind of evolved and, and was, you know, went, went to different cities and adapted and ended up kind of scaling up until what is today the Bolsa Família, this very broad and, and You know, uh, far reaching program here in Brazil.

Um, and I've heard, I think specifically from Suplicy a couple of times that Bolsa Família could be thought as, you know, a step towards UBI. So, of course, it doesn't, uh, you know, diminish the importance of these localized, uh, policies that are kind of rising, for example, in Maricá. There's already something more structural that could play this role in, in being kind of a stepping stone.

What are your thoughts on that?

JW: I disagree with that. So, I, I know that's what Suplicy thinks, but for example, there's been people who've been very critical, like Lena Lavinas, for example, I think makes a very convincing argument that, you know, because the Bolsa Família and the Cesta Básica, the, the federal law, they were at the same time, right?

But effectively, the executive systematically devotes the budget and the resources to the Bolsa, not to the Renda. So, Suplicy thinks they're a stepping stone, but actually they were competitors for many, many decades. So, the question, the really interesting question is: What has changed? Well, one of the things that has changed is Maricá.

So, in a sense, the situation is a lot more complicated. Yes, there is a federal structure and that will play a role when we go into the, you know, the the vertical upscaling phase, right? So after it's done spreading to whatever, a couple of hundred municipalities, it will have to be picked up by the federal government.

And then of course, there already is a law and there is a committee at the moment, right? So there is a committee already investigating ways in which both Bolsa Família and Renda Básica could be linked. But my thinking is that this municipal spreading is really, really important. And without that, it wouldn't, you know, it wouldn't have happened because the, you know, the Renda Básica de Lula is 2004.

That's 20 years. It's sitting there, you know, and that is several Lula governments. Of course we had Bolsonaro in between, but that's several Lula governments all focused on the Bolsa Família, right? Indeed.

P: Indeed. So

JW: It's fascinating. It's fascinating.

P: So we've covered a lot of ground on the potential benefits and justifications for UBI as what you're calling this toolbox. Um, however, we're giving this topic a comprehensive examination. I'd like to delve into what you consider the strongest arguments against UBI.

So those that you. that haven't been satisfactorily refuted or remain kind of challenging to address in your perspective. And I think the idea is here, as, as I'd mentioned at the beginning of our conversation is to build the best version of the counter arguments so that, you know, myself, yourself, and the audience can engage with the debate at the highest level.

JW: I mean, I'm gonna slightly tweak the question in a sense, instead of what I think is the most important counter argument. Let me give you what I think is the most important challenge, right?

Because, you know, I mean, there are counter arguments around of course, the cost is an issue, but people are working on this. You know what I mean? I mean, my view on the cost, for example, is that there is always going to be a level of basic income that is financially feasible. The question is whether that's the level of basic income that can still do what we want it to do.

So, in some sense, there's so much stuff to be done there. That's fine. For me personally, the biggest challenge it has to do with the simplicity, what looks like a simple proposal, the moment you implement, it becomes very complicated and it becomes very complicated precisely because it is such a different thing, right?

So, coming back to Maricá, Maricá is a quasi basic income. It's tied in with the Cadastro Unico. The moment they're going to expand this beyond the Cadastro Unico, it's a different game. You know what I mean? If you want to make it really universal, there's no easy stopping point.

It's going to have to be fully universal. And that's going to have all sorts of implications on all sorts of other things, politics and cost and finance, etc. So, for each country, for each basic income model, we need to not only very carefully design the basic income, but we need to be able to fit it into the place itself and be very, very careful about how does it fit because the fundamentals are so different. Right?

So, I mean, think of it this way: if you're a cook, you know, you, whatever, Brazilian food. Imagine that I bring an ingredient from Iceland and tell you, I want you now suddenly to cook with that. I mean, you're going to need to change your whole dish to make that and have something that we all like and eat.

You know what I mean? That's the problem for basic income. It's not a, it's not a counter argument. It's just like in every case we need to do a lot of work. For me, that's the, the biggest challenge. It looks simple, but it's really, really complicated fitting it in. But that just means a lot of work.

That just means we need to look at countries or municipalities and we need to, we need to do the hard work in every single case.

P: Well, that, that makes sense. Just very quickly and anecdotal story here. But the first time I was introduced to this idea of UBI was actually when I was studying economics here at UNICAMP, so I started the economics course and then I moved into History, and Suplicy came to do a speech here. And I'd kind of heard about him, but I didn't really know who he was, but I said, well, famous politician, he's around, let's go hear him out. And he was talking about his Renda Básica de Cidadania and, you know, explaining what it is, but in a very politician way of talking about things. So very idealistic and all of that. And one thing I felt that was shocking was, well, first of all, it is a very radical idea, this concept of, you know, giving money to everyone, rich or poor, doesn't matter if you work, if you don't-I'd never heard of that before- but also the way he presented it as something kind of simple in a way to do.

And, and, and that kind of stuck with me. I mean, how, how on earth would that be simple? And I mean, I'm not trying to lesser his, his trajectory or his importance, um, and of course he is a politician. That's how he communicates. And there's also an element of, you know, he was in a space where he was speaking to. There's this saying in "pregar para convertido", which would be something like preach to the believers, you know?

So, so everyone there was kind of inclined to, to being open to what he was saying. And I mean, so it took me a couple of years to mature what I thought of this kind of understand a bit better what it is and so on. And definitely our conversation today was very enlightening. And I think this is a great way to end our conversation. I'd like to give you the floor one last time if you want to share any final thoughts.

JW: As a final thought, what I think people should really keep in mind is when you discuss something like basic income, it's not one idea. It's a family with many, many children and grandchildren.

Think of this as going to weddings with, uh, you know, a lot of crazy uncles, there's always the crazy uncle that no one wants to talk to, et cetera. We have them all. Basic income is all that, you know what I mean? So. It's very, very difficult to say something about, yeah, I'm for basic income or I'm against, because the details really, really, really matter in so many ways, right?

So I would tell people, if you're interested in the idea, yes, explore it. Appreciate the complexity behind the simple idea and also appreciate what it can do, in a sense, as an idea in a world where we've spent many, many, many decades, I mean, since, basically since the World War, actually before that, sort of setting up welfare state systems and social protection systems that are all about controlling and targeting and bureaucracy and somehow making sure that the poor or the most vulnerable are always kept in the poor and most vulnerable thing.

Even if that's not the intention. At the very minimum, even if we can't implement it right away, Basic Income is such a nice antidote to think in a different way from a critical perspective, and then let the complexity do its work and take the debate seriously, etc. For the people who are interested, Basic Income Earth Network (BIEN) is a resource, start there and build from there. We have news features. You can sign up to our newsletter. There's a website, basicincome.org. So, we are the global organization, right? And we're

doing a lot of work. For many, many decades, we were a little bit, a little bit of a cult, a little bit of a occasionally dysfunctional network.

But in the last sort of five, six years, and especially the last couple of years, we're now doing a lot of projects. Our congresses are really worth going to. If you're near Niterói, at the end of August 2025. Join us at, uh, the BIEN world Congress and learn all about basic income in all its colors and forms as, as, as you would expect from a Brazilian event, basically.

P: Jurgen, thank you so much again for joining us today. It was a lovely conversation. Appreciate you being here.

JW: Best of luck to you. And the whole podcast is a very interesting format. So, uh, I mean, I look forward to find out where that's going.

B. ENTREVISTA COM MARINA HELOU

Transcrição parcial de entrevista realizada com Marina Helou em 22 de novembro de 2024. Disponível em formato de áudio no feed do Podcast “Resposta Cast” do Spotify e Apple Podcasts. Acesso em: 15 jan. 2025.

Paulo (P): Inclusive, eu acho que tem uma ponte bacana com o nosso próximo tema, que é a questão da renda básica. Eu não conheço muito a sua perspectiva sobre isso. Parte do porquê eu coloquei o tema aqui é porque eu quero ouvir. No primeiro episódio nosso a gente conversou bastante, eu e o Jürgen, que foi o nosso convidado, sobre inclusive essa dimensão do potencial impacto positivo que a renda básica universal e de algum modo desvincular a renda do trabalho, não plenamente mas parcialmente, ou do trabalho no sentido...socialmente construído, né, porque como você acaba de comentar, existe toda uma economia do cuidado, o trabalho, o labor relacionado ao cuidado, a criação de crianças a lavar roupa a cozinhar etc, etc, que está desproporcionalmente nas costas das mulheres e a renda básica universal poderia de algum modo dialogar e ser uma maneira de garantir acesso aos recursos materiais para as pessoas que dedicam se plenamente ou parcialmente a esse tipo de trabalho que não é comumente atualmente remunerado. Nesse nosso primeiro episódio, a gente conversou com um grande pesquisador da área, chamado Jürgen de Wispelaere, que é o coordenador de pesquisa da Renda Mundial de Renda Básica Universal, quem tiver interesse em ouvir ou conhecer mais sobre essa temática, é só buscar aí no nosso feed. Eu gostaria de ouvir um pouco sobre o seu envolvimento na frente parlamentar pela implementação da renda básica de cidadania na Alesp. A frente é coordenada pelo deputado Eduardo Suplicy que é um histórico defensor dessa pauta e o autor da lei federal de 2004, que estabelece a implementação gradual de uma renda básica de cidadania no Brasil.

Como você se aproximou dessa pauta e quais elementos de uma renda básica universal te atraem?

Marina Helou (MH): Bom, o Eduardo Suplicy foi meu professor em administração pública e foi a primeira vez que eu tive contato com o tema. Ganhei lá um livro, a renda básica de cidadania dele, quando eu estava no começo da faculdade.

Uma matéria incrível, que ele trazia o Ferrez para falar com a gente, trazia várias pessoas, foi bem legal essa experiência, e comecei a ver como uma solução importantíssima de discussão no mundo e como é uma discussão muito conectada com o futuro. Acho que o

advento da inteligência artificial, da tecnologia, traz essa noção de que o trabalho precisa ser rediscutido e repensado.

E o que a gente tem visto acontecer com a uberização dos trabalhadores, essa lógica de aplicativo, essa lógica de autonomia também maior, mostra que é uma discussão diferente. Acho que as eleições deixaram muito claras que não é mais o sonho a carteira assinada do metalúrgico. Como campo progressista como esquerda também precisa olhar para isso de uma outra forma, de quais são as relações de trabalho.

E aqui eu acho muito importante entender que o trabalho tem seu valor também. Acho importante mostrar que ser útil e servir ao mundo tem uma parte fundamental da psique humana que precisa acontecer, mas que não vai ter como estar tão relacionado com as condições de vida digna, porque o que acontece é que a gente está tendo uma revolução no mundo da tecnologia e que precisa ser olhada.

E a renda básica de cidadania é um lugar muito concreto de solução que está sendo apontado há muitos anos e que agora acho que cresce ainda mais em relevância a cada ano que a gente avança nesse novo mundo que está sendo criado. E dentro dessa perspectiva de renda básica de cidadania também tem um desafio hoje que a gente tem uma economia que está concentrando muitos recursos e ampliando a desigualdade de uma forma muito significativa.

O que a gente tem hoje não é mais um capitalismo... Com livres e iguais condições de participação entre todos os entes. A gente tem um oligopólio muito grande de grandes empresas que acumulam cada vez mais dinheiro em grandes pessoas que estão ficando muito... Uma diferença muito significativa de capital e recurso em que a gente tem bilionários, trilionários.

A gente vai ter o primeiro trilionário e a gente tem a maioria da população ainda sem dignidade. Então, eu acredito muito que a renda básica de cidadania é um dos caminhos e soluções importantes para quando a gente olha para a população em geral. E acredito que tem um caminho muito importante, inclusive, para repensar as relações humanas e a própria relação com a sustentabilidade com o meio ambiente, com o uso de recursos e possibilidades que tem por aí. Então, essa foi a minha entrada no tema, eu sou absolutamente fã da solução e acho que tem um grande potencial no futuro, não é uma agenda do passado, desde que eu estou estudante eu gosto desse processo, tenho a honra de ser vice-presidente da frente parlamentar na Assembleia junto com o professor Suplicy,

que é uma grande referência no tema e na pauta mas eu entendo que a implementação também não vai acontecer de forma top-down e que focalizar é importante no primeiro momento.

Acho que tem uma grande discussão no mundo acadêmico sobre a focalização ou não, sobre a importância de ampliar, de iniciar com uma renda para todas as pessoas, porque é um valor, um pilar da estratégia. E eu entendo que a focalização é importante, sim, porque ela pode ajudar a implementação a acontecer. E, para mim, a focalização tem que acontecer para famílias com crianças.

Tem que trazer a infância como um grande vetor inclusive de responsabilidade enquanto administração pública. A gente tem uma realidade hoje no país que a infância empobrece as famílias que as crianças empobrecem as famílias. Se a gente faz uma conta de renda do Bolsa Família, por exemplo em situação de extrema vulnerabilidade, famílias que têm mais filhos recebem menos recursos per capita.

Então, as crianças, na verdade, empobrecem a família, que é uma lógica de política pública muito ruim, muito mal desenhada, porque é na infância que a gente precisa garantir as condições de vida que vão impactar o resto da vida daquelas crianças. E eu defendo muito que a gente traga uma discussão de renda básica de cidadania olhando primeiro para as crianças e na sequência pelos cuidadores dessas crianças, principalmente para as mães e mães soltas do país, que são um público de maior situação de extrema vulnerabilidade. E aqui a gente está falando majoritariamente de mulheres negras. E aqui eu faço essa defesa que a gente deveria começar essa renda básica olhando para famílias com crianças e crianças, garantindo que, pelo menos na primeira infância, a gente tivesse uma cobertura maior, com maior clareza para esse avanço acontecer de forma gradual.

P: É interessante ouvir que você não acha que esse processo de implementação de criação enfim, de uma renda básica de cidadania, uma renda básica universal, vá se dar de uma maneira top-down, enfim, e que há valor na focalização, no targeting desse tipo de política. É interessante que o Bolsa Família, que é a grande política de transferência de renda do Brasil, em boa parte se originou do Bolsa Escola que tem justamente essa dimensão de relação com a infância e com a educação.

É bastante interessante ouvir isso de você e eu queria saber se você vê também, de algum modo paralelo a esse movimento que é mais federalizado. A possibilidade de uma expansão de políticas como ou próxima de uma renda básica universal de uma maneira

mais horizontal de localidades, e aí é que eu trago o caso do município de Maricá, no Rio de Janeiro, que tem uma política de, básica de cidadania, que é uma política de transferência de renda que não tem condicionalidades e que ainda tem a focalização por renda mas está muito expandida, se não me engano mais de 50% da população do município hoje é beneficiária dessa política, e tem um monte de outros elementos de economia solidária, de uma moeda local, que fomenta a economia local e etc, acoplada a essa política, mas você vê isso como um potencial locus de expansão horizontal para outros municípios eventualmente estados, e eventualmente da base para o topo do bottom-up, construir isso mais a nível federal?

MH: Vou te dar duas respostas, a otimista e a pessimista. Conheço bastante a experiência de Maricá, acho o máximo, a gente já fez dois eventos na Assembleia, junto com a gestão de Maricá, que vem trazendo um lugar mais interessante ainda do que todas as experiências que você trouxe, que é a permanência da política pública, mudou o governo e a gente continuou tendo uma política pública de transferência de renda significativa de uma visão de renda básica de cidadania, de uma visão desse desenvolvimento local.

Então, essa consolidação de políticas de Estado na cidade é muito legal de ver. Eu acho que Maricá tem muito a ensinar, a gente vê outras cidades começando aqui ou ali com discussões parecidas mas também há 10 anos a gente está escutando Maricá e a gente ainda não conseguiu ampliar e ter mais adesão de outros municípios a ponto de a gente conseguir construir um movimento bottom up. Então eu hoje do lado positivo acho que tem ótimas experiências e a gente tem muito a aprender e eu acredito muito em governos subnacionais que tem muito potencial o lado negativo é que é mais difícil disso acontecer do que a gente esperava a gente tem uma realidade econômica em Maricá distinta da maioria dos municípios do Brasil que são profundamente dependentes do governo federal e a gente tem, eu acredito muito que é preciso ter uma agenda mais coordenada para que a gente avance e o governo federal tem um papel muito grande então eu gosto muito de uma ideia mais local. Eu acho que talvez a gente possa alinhar coisas como o programa federal de estímulos a programas municipais, porque daí a gente pode ter as realidades e as...

Nós somos um país continental, então a gente pode ter as diversidades dos nossos países, distintas realidades adaptadas a cada município, mas eu acredito numa indução federal para que isso aconteça como muito necessário. Talvez em vez de um programa federal, a

gente possa ter um programa federal de incentivo a municípios fazerem seus programas municipais.

E daí, se a gente conseguir juntar o melhor das duas coisas, daí eu sou otimista.

P: Legal. Sou otimista, né?

MH: Senão não estaria na política.

P: Fico feliz que nossos políticos estejam otimistas, isso é definitivamente muito importante. É interessante que você fala, por um lado da experiência local, caso de Maricá, e das limitações dessa expansão, por outro lado a importância de um motor, de algum modo, que a esfera federal de algum modo induza, essa discussão, essas implementações. E é interessante que você é deputada estadual, que está discutindo isso no âmbito do estado, que é um pouco o meio campo dessas duas coisas. Então, tomara que isso dê frutos que eventualmente a gente comece a ver experiências também aqui no Estado de São Paulo, no caminho ou no sentido de uma renda básica, por todas as razões você comentou sobre, enfim, os potenciais positivos que uma política como uma renda básica universal ou semi-universal que aspire a universalidade ou que tenha universalidade dentro de nichos você comentou de famílias com crianças. Acho que tem razões para ser otimista apesar dessas limitações na expansão de Maricá que, aqui colocando um pouco a minha perspectiva, acho que em boa parte tem a ver com o fato de ser um município muito rico, tem um PIB per capita muito elevado, acesso a recursos pelos royalties de petróleo etc, é bastante da curva quando se pensa em Brasil e mesmo no Rio de Janeiro, na região ali. Então mais que haja uma vontade expressa de outros municípios de trazer esse tipo de política, de implementar algo no município existe essa questão que é puramente orçamentária e que acho que precisar de uma discussão mais ampla sobre taxação, acesso a recursos, uso do recurso público e por aí vai, para viabilizar, para possibilitar algo que Maricá conseguiu por essas condições anômalas de algum modo.

E aí, claramente, um indutor federal, enfim, a capacidade de recursos para esse tipo de política nas localidades, eventualmente seria um caminho para facilitar e possibilitar isso

MH: Não é porque a gente espera que a gente use menos petróleo no futuro, eles só vão cair e a gente vai ter outras soluções.

P: Justamente, justamente, é. Estava vendo um pouco sobre as estratégias, ouvindo um pouco sobre as estratégias de... Que o município fique menos dependente desses royalties para a manutenção desse tipo de, para a permanência dessas políticas, e uma coisa que me parece bastante interessante, né, é uma experiência que eles já têm no Alasca, que é o de um fundo permanente, fundo social permanente, né, então a ideia é que parte desses recursos vão para um fundo. É um fundo que, ser gerido vai render, vai produzir se multiplicar, e que, no caso do Alasca, a população é dona, dona do seu segmento desse fundo, então é até interessante porque você, de algum modo, dificulta ainda mais que uma política não seja permanente ao dizer, isso é seu, o que está rendendo não é o Estado transferindo para você, você tem parte, desses recursos que são oriundos do petróleo, que tiveram um impacto negativo em termos mas que pode possibilitar um futuro mais próspero que não dependa de emissões de gás de efeito estufa, por um lado, mas que promova a socialização desses recursos e que todo mundo tenha acesso, etc.

MH: Super, tem vários casos disso. O caso do Alasca é muito interessante.

Tem um fundo que tem em endowment, que é um investimento, e essa população pode usar o rendimento deste fundo, mas o fundo fica sempre lá. Então, é uma geração importante de renda. Tem a experiência no Chile com as comunidades tradicionais, então, serem possíveis... Eles que podem dar a concessão da água ou do lítio que está ali no território deles e como isso funciona, mas tem esses desafios também.

A gente esteve agora recente no Chile estudando um pouco esse caso ali. No deserto do Atacama, e traz uma super estrutura de renda para toda a população indígena ali da região, mas hoje eles estão completamente desfigurados culturalmente e com muitos problemas de drogadição, de álcool, de violência, porque todos têm um dinheiro, não tem o que fazer, e ficam ali, então tem desafios de pensar como isso vai junto, como que mantém outros critérios que não apenas a renda em soluções como essas, mas eu acho que o Alasca traz um bom exemplo de discussões importantes que a gente precisa fazer, inclusive do que está acontecendo no Brasil hoje. A gente está super discutindo a exploração de petróleo no foz do Amazonas ou exploração dos nossos recursos naturais, e como que a gente traz esse compartilhar de forma mais justa com todas as comunidades e tudo com a população brasileira, então eu tenho bastante interesse nessas discussões também.

P: Deputada, acho que isso é um excelente lugar para a gente fechar essa conversa com gostinho de quero mais. Tomara que isso, de algum modo, motive os ouvintes a

pesquisarem mais, a pensarem sobre esses caminhos possíveis que estão sendo construídos. A gente fala por exemplo, de renda básica universal, que é uma temática que já é discutida há algum tempo, já tem uma estrutura já tem seus critérios, o que é, o que constitui ou não, etc.

Mas, no fundo, não tem uma fórmula. gente tem que construir esse caminho e são essas conversas eu acredito que possibilitam isso. Então, mais uma vez, muitíssimo obrigado por compartilhar sua trajetória e suas ideias aqui no ResposnaCast. desejamos todo sucesso nas iniciativas A gente vai seguir acompanhando você e torcendo pelo impacto positivo que você continua a gerar no seu modo de fazer política.

MH: Um prazer, Paulo. Um prazer estar aqui. Agradeço a todos os nossos ouvintes. Conta comigo.

C. ENTREVISTA COM LEANDRO FERREIRA

Transcrição de entrevista realizada com Leandro Ferreira em 20 de janeiro de 2025. Será disponibilizada em formato de áudio no feed do Podcast “Resposta Cast” do Spotify e Apple Podcasts

Paulo (P): Leandro, seja muito bem-vindo ao Resposta Cast.

Leandro Ferreira (LF): Muito obrigado. É prazer estar aqui, Paulo.

P: Bom, eu queria dar largada nessa nossa conversa ouvindo um pouco sobre o que significa renda básica ou renda básica universal para você e como essa política se diferencia de outras políticas de assistência social.

A gente teve, para os ouvintes já cativos, um primeiro episódio com o Jurgen De Wispelaere falando justamente sobre essa temática, então acho que a gente não precisa gastar muito tempo nos detalhes. Mas em um panorama geral, o que quer dizer isso e o que quer dizer isso para você, também, como presidente da Rede Brasileira de Renda Básica.

LF: Olha, Paulo, sempre uma oportunidade de falar desse tema da renda básica porque ele está em alta já faz alguns anos, e isso desde antes da pandemia. Mas no pós-pandemia, [surgiu] muita coisa, muita pesquisa boa, muita opinião a respeito e muito debate político também. Mas é sempre bom a gente entender quais são as perspectivas que existem sobre a renda básica universal no mundo, não só para que a gente tenha a noção do debate político que está por trás de cada tipo de proposta de renda básica, como também para a gente entender melhor qual é o tipo de debate que se encaixa em cada um dos países onde esse debate é feito. Aqui no Brasil, a perspectiva pode ser e é bem diferente daquela do Vale do Silício.

Mas só para chover o molhado um pouquinho aqui, eu diria que a renda básica é muito conhecida pela sua proposta de ser universal, ou seja, paga-se a todas as pessoas indistintamente e sem critério de condicionalidade um valor que seja suficiente para que ela tenha opções ali no contexto dela de sobrevivência, mas ela tem algumas outras características que também são importantes. Outra bastante conhecida é a da incondicionalidade. E é por isso que muitas vezes quem defende a renda básica é

considerado um pouco “maluco” de dar dinheiro para todas as pessoas sem pedir nada em troca. Então, são características já bastante conhecidas.

Mas existem outras. Por exemplo, ser paga em dinheiro. Ou pelo menos na moeda que a pessoa tem a liberdade para administrar, porque isso ajuda a diferenciar um pouco daquilo que são os *vouchers*, os vales ou até serviços e bens em *natura*, como uma cesta básica ou um *voucher* para determinado serviço.

Ela tem outra característica que ela é regular. Então, ela tem uma frequência de pagamento pré-estabelecida e um valor pré-estabelecido. Isso ajuda a gente a entender que ela está ligada a um ciclo de tempo, de produtividade da sociedade, que as pessoas vão poder introjetar como parte da sua possibilidade de estabilidade dentro daquele sistema.

E ela é individual. Ela é um pagamento que é feito com base no indivíduo, ou pelo menos a conta do pagamento. Pode até ir para um responsável para a família, como é, com certeza seria, no caso de crianças e adolescentes, mas ela tem uma base de cálculo individualizado, portanto não é benefício para a família ou um benefício que seja para sustentar uma família, que muda para mais ou para menos, a depender do tamanho e da característica de uma família, de um lar, em inglês se usa muito a palavra *household*, e não necessariamente família.

Então essas são características básicas. Existem outras discussões sendo feitas, como por exemplo a discussão sobre cada dia a mais tentar definir a renda básica como sendo também suficiente para a sobrevivência das pessoas. É debate que todo ano, já desde antes da pandemia, ele vem ocorrendo, para que a renda básica não seja um benefício que cumpra o mesmo papel daqueles programas de assistência social, por exemplo, de elevação das pessoas acima de um patamar de miséria. Então, um benefício que seja suficiente, com base em critérios objetivos mas também subjetivos, mas com metodologias previamente definidas que possibilitem a gente ter um critério de suficiência bastante claro.

Então, essas são características básicas que, quando uma pessoa está falando de renda básica, devem ser compreendidas. Muita gente acaba chamando de renda básica uma

porção de coisas. O próprio debate na pandemia, no Brasil, ele acabou gerando uma emenda constitucional que colocou lá na Constituição Federal, no artigo 6º, que as famílias têm direito a uma renda básica familiar. Então, acaba sendo uma contradição em termos que deixam o debate um pouco mais confuso.

Isso também é natural, porque é uma coisa nova, é algo que está debatido ainda no plano das ideias. Acaba sendo uma parte do nosso trabalho na Rede Brasileira de Renda Básica e trabalhando para que seja melhor compreendido.

Agora, isso não significa que uma renda básica universal é igual para todos os contextos. Atingir essas características não é suficiente para dizer que uma renda básica está sendo implementada em uma sociedade da forma como se entende em todo lugar. Então existem, por exemplo, visões sobre a renda básica, está muito em alta já há bastante tempo, de que ela é uma reposição da renda do trabalho em função da redução dos postos de trabalho existentes na economia que estão sendo... especialmente aqueles postos de trabalho mais bem remunerados... que estão sendo, digamos, extintos por causa da revolução tecnológica pela qual a gente está passando. Então, aquela ideia que tem lá das Big Techs ou desses grandes bilionários aí, muitas vezes já se ouviu o Elon Musk, até o próprio Mark Zuckerberg, defendendo a renda básica.

Eles muitas vezes estão falando de repor a renda das pessoas que seriam substituídas no processo de automatização dos processos produtivos, e que isso seria uma medida necessária para manter a economia funcionando, inclusive porque manteria patamares mínimos de consumo. Então, uma visão sobre renda básica como solução para a evolução do mundo do trabalho na direção em que ele tem caminhado.

Há outras visões, como por exemplo, aquela que propõe a racionalização extrema das políticas públicas em torno de uma renda básica. A ideia de que a gente deva reduzir todas as políticas a um valor monetário transferido às famílias para que elas busquem, através desse benefício, a sua própria sustentação no mercado.

É uma visão mais liberal que propõe por exemplo, pegar desde as aposentadorias até políticas mais propriamente voltadas para transferência de renda como seria o Bolsa Família, um abono salarial, benefício para criança, de todos os tipos, e transformar isso

numa renda básica universal. E aí a pessoa procuraria o provimento de serviços sociais, o provimento de proteção social através do mercado. Mas aqui é importante fazer uma distinção, porque muitas vezes as pessoas que defendem isso defendem a ideia baseada na opinião do Milton Friedman, de que a gente deveria ter uma renda mínima como substituição de toda e qualquer política social.

E muitas vezes quem fala sobre isso não compreendeu bem a opinião do Milton Friedman. Então, o Milton Friedman defendia, sim, uma renda mínima paga pelo Estado, com base nos impostos para todas as pessoas que dela precisassem. Mas ele não defendia transformar saúde e educação, ou pelo menos pegar o orçamento de educação e saúde, e injetar isso no que seria esse benefício de renda mínima, que está previsto lá no *Capitalismo e Liberdade*, que é obra dele de 1962.

Ele previa *vouchers* para a saúde e educação, porque, especialmente educação na opinião dele, geram bem público, as pessoas têm que ser obrigadas a passar pelo sistema de ensino, a diferença é que ele entendia que os provedores de educação tinham que ser privados, e as pessoas tinham que ter vouchers que só poderiam ser gastos nessa rede privada de serviços de educação.

Embora, ao mesmo tempo, ele defendesse um benefício monetário de renda mínima que servisse para... Relação das pessoas acima de certo patamar de renda.

E eu diria que uma terceira visão, que é mais a visão a qual se filiam as pessoas no Brasil e particularmente nos movimentos de renda básica ao redor do mundo, que é uma visão de direito de participação na riqueza da sociedade.

Uma visão baseada em uma perspectiva mais clássica da economia política, que está prevista desde o Thomas Paine, com o texto *Justiça Agrária*, que prevê que as pessoas devam ter o direito... De serem indenizadas pelo fato de abrirem mão do seu direito natural ao bem comum. Então, a partir do momento que a civilização avança e você tem cercamento de terra, processos produtivos que fazem uso intenso da propriedade privada, você precisa indenizar o restante das pessoas que ficam de fora dessa propriedade.

Então, essa é uma visão muito forte, por exemplo no Brasil, porque é a visão que tem o Eduardo Suplicy, que foi o senador que aprovou na época aprovou a lei de renda básica de cidadania uma visão que eu gosto muito, é a visão que me interessa de renda básica. E que tem um apelo, todas as visões sobre renda básica têm esse mesmo apelo mas que é bastante forte também a ideia de que isso ajudaria a reduzir a pobreza e a desigualdade.

Então, uma perspectiva digamos assim, que se diferencia um pouco em relação àquela relacionada à evolução do mundo do trabalho e àquela de racionalização liberal. Mas na minha visão, a renda básica é um instrumento de garantia de dignidade, porque ela amplia a liberdade das pessoas no sentido de que as pessoas vão ter melhores condições de exercer a sua liberdade.

A pessoa ser livre. Na letra da lei, não significa que ela é capaz de exercer a sua liberdade. Então, a gente tem muito nesse campo da militância pela renda básica a ideia de liberdade real. E para se ter uma liberdade real, as condições necessárias na sociedade em que a gente vive são condições materiais que o dinheiro ajuda a conferir.

Então, a gente acha que essa visão de ampliação da dignidade é o que está por trás da renda básica. Não assim outras pessoas, até no campo político de esquerda, digamos, criticam a ideia de uma renda básica por monetizar as relações sociais, mas por trás disso está a ideia, na verdade, de permitir às pessoas que exerçam a sua liberdade e não a ideia de reduzir outras políticas sociais em normas se dispõe desse benefício puramente monetário.

Desculpa se falei demais, Paulo, mas essa é a minha visão de renda básica.

P: Perfeito. Agradeço muito pelo panorama bem amplo. Tenho vários comentários aqui, então vou retomar alguns dos pontos. Bom, primeiro, acho que aqueles cinco critérios que você toca, de ser incondicional, de ser universal, de ser regular, de ser em dinheiro e de ser individual, isso foi também apresentado pelo Jurgen, acho que é um pouco... mais ou menos um terreno de consenso sobre os critérios ou as características que definem esse tipo de política.

E dentro daquelas três visões que você comentou, a primeira sobre a reposição da renda do trabalho, enfim, respondendo de algum modo a essas transformações tecnológicas pelas quais a gente está passando hoje. A segunda sobre a racionalização de todas as políticas públicas, então, de algum modo centralizar toda a assistência social do Estado, as políticas sociais em torno de uma transferência direta e é isso, e aí, enfim, todas as nuances dentro dessa perspectiva. E eu acho que é interessante que essa perspectiva contrasta com a visão apresentada pelo Jurgen, na conversa que eu tive com ele, e acho que com a sua também, de ver uma renda básica, uma política de renda básica universal, como uma ferramenta de uma caixa de ferramentas da atuação do Estado para resolver uma miríade de problemas que, enfim, não necessariamente a renda básica endereça, ainda que ela tenha sua importância, por exemplo em expandir a dignidade, em criar a possibilidade de se exercer a liberdade, como você apontou. Então, acho que está bem claro o que quer dizer e a sua posição sobre isso.

Talvez se você pudesse comentar um pouco... você começou a sua fala falando sobre a importância de olhar para o contexto, que, apesar de ter critérios para como se define uma renda básica, a expressão de fato dela, ou a expressão ótima dela em cada contexto vai variar. Então, eu queria ouvir um pouco de você como você vê uma renda básica no Brasil? Que características do nosso contexto, ou como as características do nosso contexto influenciariam, na sua perspectiva, uma política de renda básica ótima ou mais bem desenhada, adaptada, contextualizada?

LF: Bom, a sua pergunta, Paulo, é muito legal porque o debate sobre a renda básica, ele muitas vezes peca pelo fato de ficar no campo filosófico E a gente precisa de fato responder algumas questões sobre a renda básica se a gente quiser transitar para ela de fato. Como é que vai funcionar os desafios de como vai se pagar e assim por diante. Então, acho que isso nos leva ao desafio de olhar para essas cinco características que eu citei e ver de que forma os países têm sistemas de proteção social que, de certa forma, atendem a algumas dessas características e nos permitem usar políticas de proteção social existentes como uma **plataforma de transição** para a renda básica no futuro. Então, acho que o exemplo mais conhecido nesse caso é justamente o do Bolsa Família, até para ficar aqui no Brasil.

A gente olhando ali para as características universal, incondicional, em dinheiro regular e individual. Bom, universal e incondicional, todo mundo sabe que o Bolsa Família não é. Mas vamos olhar, por exemplo, para a evolução do número de beneficiários do Bolsa Família ao longo do tempo.

O Bolsa Família começou com 3,5 milhões de famílias em outubro de 2003 e ele tem hoje 21 milhões de famílias, ele alcança 57 milhões de pessoas, mais de um quarto da população do país, então ele tem uma vocação de adicionalidade de beneficiários, ele caminha na direção de adicionar mais beneficiários e pode ser até mais intensa essa direção a depender do contexto, num caso como o da pandemia, quando a gente teve o auxílio emergencial, por exemplo, isso ficou muito evidente o Bolsa Família elevou a condição de beneficiário de uma transferência de renda, mais de 100 milhões de pessoas, se você considerar o número de pessoas nas famílias que foram beneficiadas pelo auxílio emergencial, e aquele benefício foi um benefício incondicional, não era necessário provar frequência escolar e nem mesmo vacinação.

Então, em algumas ocasiões, a gente vê que existe potencial mesmo para equacionar os desafios da universalidade e da incondicionalidade. A gente muitas vezes pode achar que o Bolsa Família, em algum momento pode não ter cumprido esse papel, mas o maior aumento de beneficiários do Bolsa Família aconteceu justamente sob o governo Bolsonaro.

Até a pandemia, nós tínhamos ali 14 milhões, 14,2 milhões de famílias beneficiárias pelo Bolsa Família. Depois da pandemia, nós mantivemos o patamar de 20, 21 até 22 milhões de famílias beneficiárias. Então, ele tem uma lógica interna de adicionar pessoas que pode favorecer a ideia de universalidade. Claro que você precisa, para isso, resolver o problema principalmente de orçamento.

A incondicionalidade é algo que nós defendemos que, por exemplo na rede brasileira de renda básica, que não devam ser tratados como condição de recebimento do benefício, mas como algo que se transforme no monitoramento de garantia de direitos dessas famílias porque elas têm o direito à saúde, elas têm o direito à educação.

Então transformar essa perspectiva de condicionalidade para uma perspectiva de direito é algo que já está no imaginário, de certa forma, que pode ser muito bem trabalhado para ser compreendido dessa forma. Se você pegar por exemplo o debate sobre condicionalidade na Europa, nos Estados Unidos, ele é bastante diferente do nosso. Ele não diz respeito majoritariamente à educação e saúde. Ele diz respeito a comportamentos no mercado de trabalho. Então, a pessoa recebe um benefício, mas tem que provar que está procurando emprego. A pessoa recebe um benefício, mas tem que provar que trabalhou um número mínimo de horas naquele ano. É o caso, por exemplo, o primeiro caso é o caso dos benefícios de seguro-desemprego e seguro-doença na Inglaterra, que estão até melhor exemplificados naquele filme maravilhoso, “Eu, Daniel Blake”. Que é bastante conhecido também. Que mostra lá que a pessoa, para receber o benefício, tem que provar que está procurando emprego. Isso é uma condição uma condicionalidade voltada ao comportamento no mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, o EITC, que é o *Earned Income Tax Credit*, que é uma espécie de Bolsa Família, só que em dólar e muito maior até do que o Bolsa Família.

Ele atende as famílias pobres públicas com um certo patamar de renda. Mas as famílias têm que provar que alguns de seus membros trabalharam um número mínimo de horas no ano anterior. Então, é um benefício que a pessoa, mesmo estando na pobreza, só recebe se tiver comprovado horas trabalhadas no mercado de trabalho formal nos Estados Unidos. Então, são programas que têm tipos de condicionalidade são bem diferentes do nosso. Acho que o nosso, até se a gente tomar o Bolsa Família como critério, é mais fácil de fazer o debate a respeito do direito, a saúde, o direito, a educação.

Agora, olha para o Bolsa Família e você vai ver que ele é bastante regular. As pessoas sabem quanto vão receber, ele tem a periodicidade bem definida, que é um pagamento mensal, ele tem a previsão da pessoa poder ficar no programa, mesmo que ela fique bastante tempo, desde que não saia do critério de renda, então ele tem uma regularidade bastante clara.

Ele é pago em dinheiro, o Bolsa Família já teve gente no contexto brasileiro que defendesse que fosse pago na forma de serviços ou na forma de bens, por exemplo para não permitir que as famílias gastassem mal. É um debate conservador, a ideia de que botar dinheiro na mão de pessoas pobres leva a decisões ruins. Não, é o contrário, quem defende

a renda básica acha que as pessoas são capazes de fazer as suas próprias escolhas mesmo estando em um contexto de vulnerabilidade. Então, ele é pago em dinheiro, assim como a renda básica seria.

E ele minimamente tem um cálculo individual. O Bolsa Família tem um critério de que nenhuma família... nenhuma pessoa em uma família que recebe o benefício deva receber menos do que R 142 no cálculo per capita do benefício que vai para a família. Então, existe um critério de individualidade da conta do benefício que precisa melhorar. Claramente não atende a um critério de suficiência. Se a gente pegar mesmo a visão conservadora do Banco Mundial de linha de pobreza, fica acima desses R\$142, que é o limite do pagamento individual que o Bolsa Família faz. Porque a família, todo mundo sabe, né? Recebe no mínimo R\$600, mas se ela tiver um número grande de membros, que faz com que fique abaixo de R\$142 por pessoa, há um complemento para elevar esse benefício ao patamar de R\$142,00 por pessoa.

Então, é fácil identificar que o Bolsa Família tem uma certa vocação para ser a plataforma inicial de transição para uma renda básica, como em outros países, outras políticas têm também. Na vida real, não vai ser uma visão relativa ao futuro do trabalho, à racionalização liberal de políticas ou direito de participação na riqueza que vai prevalecer. Na vida real, o que prevalece é uma solução combinada entre tudo isso. E outras políticas podem ser racionalizadas em torno do Bolsa Família para que o orçamento disponível nessas outras políticas seja melhor gasto na forma de um benefício que caminha na direção da incondicionalidade e da universalidade.

Mesmo pegando benefícios hoje no Brasil que são ineficientes do ponto de vista de gasto ou do impacto na pobreza, ainda não seria suficiente para pagar uma renda básica. Mas eles ajudam a chegar perto do critério de universalidade e acho que a gente tem que se valer do mecanismo de racionalização, porque isso também está na história do Bolsa Família.

O Bolsa Família foi a racionalização de quatro programas que existiam até então, que era o Bolsa Alimentação, o Bolsa Escola, O auxílio gás e o cartão alimentação, se juntou tudo isso em torno de uma única coisa que se chamou Bolsa Família, portanto um processo de racionalização. Essa racionalização tem que ser contínua, duradoura, caro, sempre

preocupado em fazer com que quem estava em outras políticas não saia perdendo quando passar para esse programa de renda mínima ou renda básica.

P: Eu queria comentar um dos pontos dessa sua longa e completa resposta, mas acho que uma coisa que me chamou a atenção foi relativizar um pouco a ideia de que o Bolsa Família não é orientado ao indivíduo, enfim, como está no nome, Bolsa Família, ele é orientado para uma família, mas tem essa dimensão de que o número de indivíduos naquele *household*, como você havia dito, naquele lar, impacta o valor do benefício, e, enfim, acho que isso dialoga com o comentário que a deputada estadual Marina Helou fez quando eu a entrevistei um tempo atrás, também um pouco sobre os limites dessa progressão do valor, quando ela disse que, enfim, ela levantou que há estudos que apontam que uma família ter um filho ou mais um filho, significa que eles vão estar em uma condição de pior no quesito de renda per capita, e isso é claramente uma coisa muito cruel, especialmente em um contexto, e o Brasil acho que entrando aí para uma preocupação que já, enfim, é bem latente em outros países mais desenvolvidos, que é a questão da falta de jovens, né? A gente tem uma população que está envelhecendo, a gente tem já tem uma pressão, por exemplo, sobre previdência, que tende a aumentar nas próximas décadas, e “punir” de algum modo ter filhos, uma condição em que ter filhos significa uma situação socioeconômica pior para uma família, para uma mãe solo, evidentemente é um problema. Então acho que nesses arranjos da racionalização da assistência social no Brasil, acho que um dos pontos que tem que se olhar é justamente esse.

E, claro, o Bolsa Família, como você disse, ele foi resultado da racionalização de várias políticas, mas talvez a mais proeminente justamente o Bolsa Escola. Então ele tem um foco de origem na infância, na criança, tanto é que as condicionalidades estão associadas aos filhos estarem matriculados em uma escola, a estar vacinando as crianças, etc.

Então, é até contraditório que essa política que supostamente tem na sua origem o olhar para a infância, puna de algum modo às famílias por terem mais filhos. Enfim, não sei se você tem algum comentário sobre isso especificamente ou podemos dar seguimento.

LF: Não, não, esse é um assunto super importante, porque tanto do ponto de vista do diagnóstico da análise de política pública, quanto do ponto de vista da possibilidade de

transição para uma renda básica. O fato de uma família ter filhos infelizmente é um preditor de vulnerabilidade, porque a família precisa dedicar mais tempo, mais recursos para cuidado. E quando você já tem uma situação de vulnerabilidade por outros fatores, você vai lá e adiciona um dependente que necessita de cuidados e que não acrescenta na renda familiar, você está acabando por tratar crianças e adolescentes e em alguns casos os idosos sem proteção social, como preditores de maior vulnerabilidade, de uma condição mais difícil socioeconômica. Então, é um problema, porque o Brasil vai inverter a sua pirâmide etária, mas isso ainda não aconteceu. E a gente está vivendo agora a franja do que foi o bônus demográfico brasileiro.

Então, ao invés de fazer com que crianças e adolescentes sejam preditores de vulnerabilidade, nós deveríamos estar tratando o conjunto de pessoas nessa faixa etária como aquelas em que se estará investindo a maior quantidade de recursos possível, para que no futuro elas sejam o mais produtivas possível, para fazer com que a gente aproveite em melhores condições a fase em que elas estarão economicamente ativas, então garantir a boa formação desses indivíduos, garantir a boa educação garantir a boa saúde e fazer com que elas entrem no mercado de trabalho o mais tarde possível, que também tem a ver com renda, mas fazer com que a gente aproveite esse finalzinho de *boom* demográfico investindo mais nessas pessoas. E é por isso que uma das propostas que volta e meia estão no debate sobre a renda básica é de fazer uma transição para a renda básica com base nos critérios etários, com base nas faixas de idade.

Então, nós defendemos na Rede Brasileira de Renda Básica, radicalmente, a ideia de termos um benefício universal infantil. A ideia de que uma primeira etapa para uma renda básica seja justamente fazer com que todas as crianças e adolescentes, não importa a renda de suas famílias, recebam o benefício de renda.

E isso, por incrível que pareça, já acontece para crianças e adolescentes fora do Bolsa Família. A gente tem um programa super arcaico, que é uma espécie de *Children Allowance*, um suporte para as crianças, para famílias que têm algum membro no mercado de trabalho formal, que é o chamado salário família, que é uma dedução do imposto de renda pago pelo empregador que cai diretamente na conta do trabalhador, que ganha até R\$1.600,00.

Coisa que atinge poucas pessoas, mas que tem ali seus R\$2 a R\$4 bilhões de orçamento anual, a depender do aquecimento do mercado de trabalho formal, e que poderia ser algo que contribuísse no processo de racionalização em torno de um benefício para a criança e adolescente. Eu gosto muito, Paulo, de usar o meu próprio exemplo. Eu tenho um filho de sete anos e eu declaro na minha declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, que eu tenho um dependente. Pelo fato de eu ter um dependente, eu tenho um desconto da minha renda tributável, que impacta na minha restituição do Imposto de Renda. Então a minha restituição do Imposto de Renda, por causa do meu filho de sete anos, é R\$52,00, 53,00 por mês mais alta.

Então, você pega lá a faixa de dedução por dependente da renda tributável é R\$2.300 e alguma coisa, a faixa mais alta do Imposto de Renda, 27,5%, isso vai cair para um valor na casa dos 600 e tantos reais, divide isso por 12 meses, você vai ter um benefício de 53 reais por criança e adolescente até 24 anos, dependente das famílias que pagam a faixa mais alta do IR.

Portanto eu, Leandro, recebo pelo meu filho de 7 anos um benefício de 53 reais por mês, que é maior do que o benefício que uma criança de 7 anos recebe estando no Bolsa Família. Isso não faz o menor sentido. As pessoas defendem tanto o foco da ação do Estado e quem mais precisa, mas quando a gente vai olhar a razão de se prover determinado benefício, que é garantir o bom desenvolvimento e o cuidado desse meu dependente, assim como o Bolsa Família quer garantir a sobrevivência da criança de 7 anos, né?

A razão é muito similar, mas o meu benefício é até um pouco maior. Então, a ideia de defender um benefício universal infantil ela não significa que nós vamos expandir o Bolsa Família para todo mundo. Ela significa olhar para como o Estado trata, do ponto de vista da cidadania, crianças e adolescentes em diferentes políticas e tentar harmonizar isso. Tentar deixar igual: o filho do rico valer pelo menos ou no máximo, o que vale o filho do pobre, porque hoje tem diferença. Então, a criança do Bolsa Família não pode valer menos do que a criança do cidadão que paga 27,5 por cento de imposto de renda. Então, algumas coisas são simplesmente resolver o trato de cidadania do Estado para com crianças e adolescentes. Claro, depois também com adultos. E mesmo equalizando esse tipo de critério, ainda vai ser preciso adicionar mais orçamento. Mas faz sentido, tem um apelo,

e as pesquisas todas mostram em política social que colocar dinheiro onde tem criança é onde você alcança o maior impacto. E o Brasil Sem Miséria, que foi uma espécie de complemento do Bolsa Família que aconteceu no governo Dilma, deixou isso muito claro com dados, porque passou-se a ter um benefício maior para famílias com crianças, e aí a pobreza no geral do Brasil caiu mais rápido a partir desse período.

P: É muito interessante essa perspectiva. Você falou da questão da dedução do imposto de renda e acho que não é necessariamente a visão do senso comum que, por exemplo, abater um imposto é, de algum modo, o equivalente de uma transferência de renda. Deixar de cobrar e transferir é no fundo, contabilmente a mesma coisa.

LF: Aliás, só nesse ponto, o Milton Friedman defendia que as famílias mais ricas, ao invés de terem uma transferência dinheiro que cai na conta, tivessem uma dedução de imposto que equivaleria à renda básica.

P: Mas aí, enfim, acho que a gente não precisa entrar em tanto detalhe na tecnicidade disso, mas me parece não óbvio como fazer essa conta fechar de uma perspectiva orçamentária porque me parece evidente que financiar uma renda básica é necessariamente um processo de redistribuição de renda. Então, quem é mais rico, quem tem mais renda, vai ter que necessariamente pagar mais imposto para financiar esse sistema e aí, enfim, a justificativa disso vem de reduzir desigualdades sociais, socializar a riqueza, etc. Mas você teria que aumentar o imposto do rico, mas também abaixá-lo como o benefício do programa... mas enfim, acho que a gente não precisa entrar nesses detalhes.

LF: O Philippe Van Parijs tem uma conta... uma frase que é boa, (que é o “papa” da renda básica o Philippe Van Parijs), ele fala o seguinte: nem todas as pessoas que vão receber terão um ganho líquido porque elas vão contribuir mais através de impostos para que todos ganhem. Então, mesmo que as pessoas venham a receber o benefício de renda básica universal, não significa que ela terá um ganho líquido. Ela precisa, na verdade, estar em um sistema tributário que faça com que ela contribua mais.

P: É, enfim, acho que uma política de renda básica é fundamentalmente uma iniciativa, um esforço de redistribuição de renda. É claro que a forma de financiamento dele vai

impactar isso. Então, a gente vê, por exemplo, a experiência do Fundo Soberano do Alasca, que são os *royalties* da exploração do petróleo, que vão para esse fundo, do qual a população do Alasca é... Os indivíduos são titulares de uma parte desse fundo e recebem lá, enfim, os dividendos do que aquilo rende. É diferente de você pensar que, enfim, a partir de certo nível de renda você vai pagar mais imposto e isso vai estar financiando esse programa. Mas é interessante e acho que dá para ser muito criativo em achar essas soluções.

E o fato de que não existe um consenso e talvez não exista uma fórmula no fundo... Eu acho que tal qual o programa em si vai diferir dependendo do contexto, como financiá-lo ou como viabilizá-lo também. Então, a gente vai falar um pouco mais sobre o caso de Maricá daqui a pouco, mas Maricá tem uma política de renda básica uma renda básica de cidadania que não é universal, mas está bem difundida, e argumenta-se que ele só é viável pelo fato de que aquele município tem uma fonte orçamentária, uma fonte de financiamento que não é necessariamente do pagamento de imposto da população, mas que é dos *royalties*, justamente, da exploração de petróleo na costa do Rio de Janeiro.

Então, acho que é um elemento a mais para se pensar no desenhar ou no visualizar uma política de renda básica para uma localidade, para um país, qual seja o contexto que se estiver pensando. Faz sentido?

LF: Faz bastante sentido. Eu acho que cada localidade pode pagar benefícios que vão se basear na decisão soberana da comunidade que faz parte daquele arranjo econômico, daquela sociedade. Então, mesmo que você tenha algum recurso extraordinário, como é o caso de Maricá e do Alasca, eu costumo dizer, olha, o problema de recursos para pagar certamente é o mais difícil de resolver, você não pode contornar e fingir que está pagando uma renda básica sem ter os recursos. Agora, resolvido esse problema, imagina você, Paulo, se fosse prefeito de uma cidade no interior do Rio de Janeiro, ou afastado do Rio de Janeiro, e chegasse para a sua população e dissesse que vai distribuir aquela riqueza para todo mundo, sem exigir nada como contrapartida. Tem todo um desafio aí que é para além do arranjo de se obter o recurso para pagar. É muito difícil você convencer as pessoas, em um contexto conservador como o nosso, e não é exclusividade do Brasil isso, que você vai dar dinheiro na mão das pessoas independentemente de qualquer coisa.

Então, existe uma visão contrária a isso, que argumenta razões de ineficiência, que argumenta razões morais. É um desafio você precisa ter bastante força política para, tendo os recursos, propor algo ousado, um arranjo novo. E eu valorizo muito essas experiências locais exatamente por causa disso. Mesmo tendo bastante recursos, foram capazes de convencer suas populações a respeito da importância.

O que não significa que fazer um processo de transição para uma renda básica em um contexto de pouca disponibilidade financeira não seja possível, porque o próprio Bolsa Família é um bom exemplo, mais uma vez, para cada R\$1 investido no Bolsa Família você tem um retorno de R\$1,78 para a economia.

Já é um dado de uma pesquisa até relativamente antiga de 2010, do Pedro Herculano Souza e do Marcelo Neri, da GV, que mostra o ‘efeito multiplicador’ do Bolsa Família. Então, se você conseguir aproveitar efeito multiplicador, o crescimento da economia, você acaba somando fatores que possibilitam que você, em longo prazo, faça essa transição para uma renda básica mesmo em um contexto de baixa disponibilidade de recursos em um primeiro momento.

Maricá, já me antecipando um pouquinho aqui no nosso assunto, relativamente ao orçamento da cidade, gasta muito pouco, se você olhar para quanto se paga de renda básica. Tem lá um orçamento de 6, 7 bilhões, gasta 120 no máximo com a renda básica, 120 milhões, que são cifras estratosféricas para quem está ouvindo, porque qualquer indivíduo trata 120 milhões como algo muito grande, mas comparado com 6, 7 bilhões não é tanto assim.

E você ter arranjos que ainda te permitam tornar essa riqueza mais permanente, como estão fazendo lá, e é o próprio exemplo do Alasca, com um fundo soberano, pode te permitir pensar em garantir que isso seja permanente. Mas hoje, Maricá só não paga para mais gente porque é difícil encontrar as pessoas para além do limite do Cadastro Único.

Então, essa população de Maricá que hoje recebe o benefício é exatamente o número de pessoas que está no Cadastro Único. É tão difícil esse tipo de informação no Brasil, ter qualidade, informação administrativa, informação cadastral, que o maior desafio vai ser

agora, tentar atingir as pessoas que não estão no cadastro único. São desafios que vão para além do ter ou não dinheiro para pagar.

P: Bom, eu vou aproveitar que a gente já está falando de Maricá aqui e... você comentou antes sobre a importância de usar o sistema, de olhar para o sistema de proteção social existente em um país ou enfim, em uma sociedade e usá-lo como um ponto de partida, ou como um *stepping stone* ali, como uma alavanca para se chegar eventualmente a uma renda básica. Então, acho que, eu imagino, enfim porque eu já li também que você produziu, as características da Bolsa Família, da transferência de renda já existente no Brasil, somado a esse arcabouço o legal existente, você mencionou a lei 10.835 de 2004 de autoria do Suplicy, quer dizer, na verdade eu acho que você não tinha mencionado, mas ela é um grande marco, você mencionou a decisão do STF recentemente de... ainda que sem especificar muito bem o que quer dizer uma renda básica, mas determinar que é um direito de toda família ou de todo cidadão ter acesso a uma renda básica, ou pelo menos no contexto da pandemia.

Mas então eu queria ouvir um pouco de você, o que você pensa de Maricá e desse modelo que surgiu ali, nesse processo de ampliar o debate e a difusão de fato de políticas no sentido de uma renda básica no Brasil. Que importância você acha que aquela experiência tem? E o que estamos aprendendo dela, de algum modo?

LF: Olha, eu gosto muito de dizer que o cenário brasileiro a respeito da renda básica é muito promissor independentemente de Maricá. Eu estive lá na Finlândia, que foi um experimento que ficou muito conhecido a respeito da renda básica. E foi um experimento feito com duas mil pessoas por dois anos, se pagando um benefício próximo do que seria a previdência da Finlândia O Bolsa Família tem 57 milhões de pessoas, de uma população de 210 milhões de pessoas.

Eu estive lá em Ontário, no Canadá, que também teve uma experiência parcial 5 mil pessoas. Eu estive lá na Catalunha, falando com o pessoal que desenhou um dos estudos mais bem desenhados do ponto de vista científico... não conseguiu sair do papel, não teve orçamento para fazer o piloto. O Quênia, que é uma experiência super controversa, Suplicy esteve lá para conhecer, contou bastante para as pessoas, faz ali um experimento com dinheiro privado inclusive do Google, 12 mil pessoas.

Um outro exemplo que ficou super famoso, Stockton, na Califórnia, 135 pessoas, porque estava focado em analisar o comportamento das pessoas no mercado de trabalho, uma vez que recebessem a renda básica.

Então, eu acho que o Brasil, no cenário brasileiro, tendo a lei 10.835, tendo o julgamento do STF, que faz o *enforcement*, o reforço da lei, com suas devidas limitações o julgamento, mas faz o reforço da lei, e principalmente com o Bolsa Família atendendo parte dessas características, isso nos deixa mais próximos de uma *proxy* de renda básica que muitas outras experiências que vieram depois e que reivindicam ou experimentam a renda básica. Então, acho que é importante a gente não perder de perspectiva.

Agora, Maricá pegou tudo isso e se inspirou declaradamente nesse cenário nacional, e em especial a lei do Suplicy, para fazer o seu programa. Só que com uma inovação, que é pagar os benefícios da cidade com uma moeda social local. Então, uma moeda emitida por um banco comunitário que só funciona em Maricá, mas que está perfeitamente lastreada em reais. Então, para cada um dinheiro da moeda social circulando na cidade, o nome da moeda lá é Mumbuca, tem um real guardado no banco para quando precisar trocar de volta de Mumbuca para real. E fazer com que os beneficiários recebessem esse recurso em Mumbucas. O beneficiário, por sua vez, só poderia gastar esse dinheiro em Mumbucas, ele não pode converter de volta para reais.

Agora, o comerciante que receber pode converter de volta, porque afinal de contas ele precisa pagar seus fornecedores que podem não estar no sistema da Mumbuca, podem ser de fora de Maricá, etc. Aí você pode se perguntar, mas o comerciante pode ou não aceitar? Pode ou não aceitar. É o caso do que aconteceu com o supermercado famoso, mas voltado para uma população mais abastada na cidade, ou até uma população que estava indo para a região dos lagos e parava nesse supermercado para fazer as compras antes de ir para a região dos lagos.

E aí o que aconteceu foi que se criou um mercado anual de 100, 120 milhões de reais, e o supermercado falou assim, “pô, se eu não aceitar a Mumbuca, eu vou ficar de fora desse mercado consumidor”. E aí você teve uma corrida de comerciantes para se cadastrar e receber Mumbuca. Então, a prefeitura tem um cadastro oficial de comerciantes que está

na casa de 2 mil negócios na cidade, que tem CNPJ, emite nota fiscal, que aceita Visa, Mastercard, né?

Na rede Mumbuca tem 11 mil negócios que aceitam Mumbuca, ou seja tem uma economia informal que apareceu, que foi diagnosticada a partir do sistema Mumbuca. Isso é uma inovação muito grande, porque aquele efeito multiplicador que eu citei aqui do Bolsa Família, para você ter uma moeda social, você segura esse efeito multiplicador na cidade, você faz com que aquilo que os economistas chamam de velocidade da moeda que é quantas vezes ela é gasta antes de ser reconvertida para outra moeda no caso real, tenha um patamar bastante elevado.

Então as pessoas gastam Mumbuca mais de uma vez antes de ele ser reconvertido para real, o comerciante que recebe gasta Mumbuca. E tem uma vantagem para esses comerciantes, que é que a taxa cobrada para reconverter para real é mais baixa do que a taxa cobrada pela Visa, pelo Mastercard, pelo uso de suas maquininhas.

Então nós estamos diante de um modelo que eu diria para você, Paulo, que é o modelo mais inovador que existe no mundo hoje de pagamento de benefícios sociais de nível local. E não por acaso, Maricá serviu de inspiração para que a nova lei do Bolsa Família, que foi instituída a partir de 2023, nesse novo governo Lula, incluísse a possibilidade de se pagar o Bolsa Família em moedas locais.

Então, que cada cidade também tivesse bancos comunitários para fazer isso. Ainda não foi levado adiante pelo governo federal, pelas localidades para tentar uma experiência além de Maricá, mas esse modelo, moeda social e benefício social, é algo que conjugou a ideia de uma renda básica, de características no sentido universal, incondicional, regular, em dinheiro, individual, com um mecanismo da economia solidária, que são as moedas sociais e os bancos comunitários, algo que já existe desde antes do pagamento de Maricá, mas que casou muito bem uma coisa com a outra, porque acabou sendo a inovação que até ajudou a justificar politicamente.

Você fala assim: o dinheiro que eu vou gastar de *royalties* nesse caso vai ficar em Maricá. E fica mesmo, a velocidade da moeda lá tem aumentado, ela roda várias vezes antes de ser convertida para real, e isso ajuda a segurar o ciclo econômico lá. Não por acaso o

Maricá tem gerado emprego formal e tem expandido o uso desse mecanismo da moeda social para além da renda básica, então paga outros benefícios, paga parte dos benefícios dos funcionários da prefeitura em Mumbuca e assim por diante, o que tem sido uma inovação maravilhosa, que tem despertado interesse no mundo inteiro. O Jurgen que esteve aqui com vocês é um dos maiores entusiastas, traz gente toda hora para conversar a respeito de Maricá, fazer pesquisa. Teve gente do Jain Family Institute de Nova Iorque que apoiou uma pesquisa sobre o impacto, que está soltando seus resultados finais agora, e tem demonstrado ganhos muito, muito significativos desse modelo que conjuga renda básica e moeda social local, que eu sei que deve estar despertando em quem está ouvindo um monte de dúvidas sobre como funciona, mas eu garanto que o mais importante é que funciona.

P: Legal. Bom, acho que é bastante evidente que a experiência de Maricá, não só pela existência da política da renda básica de cidadania, mas pela inserção dessa política em uma série de outras políticas chamadas “políticas solidárias”, ou um modelo de economia solidária, acho que é evidente que isso está sendo olhado no mundo, inclusive porque o próximo congresso da rede mundial de renda básica, o BIEN, *Basic Income Earth Network*, vai ser justamente em Maricá e em Niterói, que também é um outro município do Rio, que está, de algum modo, recebendo, fazendo uma transferência técnica de algumas dessas políticas originadas, ou que começaram ali, dessas inovações de Maricá.

Então, é algo que eu tenho olhado bastante ultimamente vou tentar estar lá no congresso. E falando em rede, em rede sobre renda básica, eu queria falar um pouco sobre a Rede Brasileira de Renda Básica, da qual você é o presidente atualmente. E eu queria ouvir um pouco de você, dar um pouco uma visão geral de quais são os objetivos dessa rede, quais são as áreas de atuação, qual impacto se vê ou se aspira a ter. Enfim contar um pouco para a gente o que é a RBRB.

LF: Olha, a Rede Brasileira de Renda Básica é uma organização formalizada em uma associação, mas ela é um movimento que existe desde antes dessa fundação formal, institucional. Ela se inspirou na forma como se organiza o movimento pela renda básica em outros lugares do mundo. Existe a BIEN que é a *Basic Income Earth Network*, que é rede mundial da renda básica, mas existem redes nacionais que são filiadas a essa rede internacional e a nossa inspiração foi justamente reproduzir o modelo aqui no Brasil. O

Suplicy foi o primeiro coordenador disso desde 2004, mas você imagina como é a vida de um senador, a vida do Suplicy, é super difícil fazer tudo que ele já faz, você pode imaginar então coordenar um movimento em prol de uma renda básica.

Então, chegou em 2019, a gente optou por formalizar em uma associação, trazer as pessoas como associados, e é só entrar no site rendabasica.com.br que você vai poder conhecer lá uma parte do trabalho. Pode se associar, não paga nada, a contribuição é voluntária. Mas a ideia é que a gente possa ser um movimento, uma organização que faz a defesa da renda básica, do aperfeiçoamento de várias políticas sociais com foco em transitar para uma renda básica, que a gente organize oportunidades de conversar, sejam elas acadêmicas, sejam elas de interação social a respeito da renda básica e que a gente atue mais diretamente na linha de frente, quando for o caso, em prol da melhoria de algumas políticas.

Então, a gente fez de tudo nos últimos seis anos, que é tempo que a rede tem até agora, e que eu estive à frente, mas um dos desafios é certamente o de sair da esfera acadêmica. Falei aqui agora há pouco o quanto a gente foca no debate filosófico muitas vezes, e é um debate muito acadêmico, um debate que está ali na economia, no direito, na filosofia, e é importante a gente expandir para além disso sem descuidar desse lado, que é muito importante para reflexão é muito importante para construir informação bem baseada, criteriosa que vai servir para tomada de decisão lá na frente.

Mas que a gente seja capaz também de atuar politicamente, de congregar pessoas. Eu tenho um amigo que fala que nenhuma pessoa vai ficar onde não se sente à vontade. Então, nossa ideia com a rede é criar os mais diversos ambientes. Eu falei aqui também do “Eu, Daniel Blake”, a gente já fez cineclube para assistir filme que a gente acha que tem a ver com a renda básica, a gente já fez piquenique em prol da renda básica, a gente tem o desafio de fazer uma marcha em prol da renda básica, estamos agora lançando um prêmio de teses e dissertações acadêmicas, que é o prêmio Eduardo Suplicy de teses e dissertações em prol da renda básica, e a gente está aberto a todo tipo de interessado que queira se somar a isso.

Temos tido algum sucesso em alguns casos, algumas dificuldades em outros. A gente atuou muito na época da pandemia para que o auxílio emergencial fosse o mais próximo

possível daquilo que a gente entendia que devia ser, que era caminhar no sentido da universalidade, principalmente. Acho que a gente conseguiu muita coisa, o governo Bolsonaro acabou sendo impactado por ações que a gente ajudou a coordenar. Discutimos lá no Congresso com as lideranças a lei do auxílio emergencial, falamos, tem que mexer nisso aqui para dar certo, e aí quando a gente viu que depois, durante a implementação, deu certo mesmo, teve outras coisas que a gente mencionou, olha, isso que vocês estão colocando aqui na lei, que é um critério sobre CLT há dois anos, vai dar errado, e deu errado mesmo.

Então, eu tenho tido oportunidades bastante importantes nesse momento do país e da minha vida, de poder estar na frente disso. Mas, como você disse, a gente tem o congresso esse ano, essa é a nossa principal atividade do ano, e a gente espera que seja um bom congresso, ele vai estar aberto a todas as pessoas, vai ter atividade cultural, vai ter apresentação de pesquisa, vai ter bastante gente do mundo todo que tem vindo para essa região de Maricá, Niterói para conhecer as políticas sociais, esses arranjos de economia solidária, e a gente espera ver todo mundo lá entre a semana de 25 a 29 de agosto desse ano.

P: Legal. Falei isso na conversa que eu tive com o Jurgen, mas será bem no meu aniversário, faço aniversário dia 27 de agosto, então, se tudo der certo vou estar comemorando lá em Maricá, ou em Niterói, dependendo do cronograma. Mas legal, é muito bacana essa iniciativa. Enfim, tive contato relativamente recente com a rede, mas, de fato, tem muita coisa bacana saindo dali. Sobre essa missão de sair um pouco do universo acadêmico espero que a gente esteja aqui agora contribuindo com isso. A nossa audiência não é necessariamente acadêmica. Espero que o nosso tom aqui também não esteja se fechando para esse grupo, mas acho que não. Eu mesmo não sou especialista em renda básica e acho que estou acompanhando bem a conversa.

Então, eu queria encaminhar a conversa para o que eu chamo de projeto *Steelman*, e a ideia disso, e bom, a ideia do podcast como um todo, é apresentar um pouco o “cinza” dos debates, sair um pouco de visões muito preto e branco, certo e errado, etc., e explorar as nuances. Eu acho que na conversa com o Jurgen, a gente foi muito bem sucedido nisso, ele fez... enfim, apontou limites do debate de renda básica hoje, fez críticas a algumas posições, etc., e eu queria ouvir também de você se tem, bom, primeiro algum limite

nessas propostas, nesse desenho do que seria uma renda básica, uma sociedade que dependa de algum modo desse tipo de política, ou, em outras palavras, quais críticas a esse tipo de política você acredita que tem mais validade que são mais difíceis de refutar ou de responder de algum modo, e que são um pouco a “fronteira” dessa militância, desse debate?

LF: Olha, eu acho que o mais importante é ter muito claro de que as pessoas terem um benefício universal e mesmo incondicional não vai resolver todos os problemas da vida da pessoa. Eu não sou daqueles que acham que dinheiro não traz felicidade, eu acho que facilita muito. Mas no final das contas é um pouco isso, as pessoas elas precisam ter disponibilidade de outras coisas na vida além do dinheiro e parte dessas outras coisas são também políticas públicas. Precisam ter uma educação de qualidade, precisam ter saúde de qualidade e num caso como o nosso, ou de uma sociedade que se preocupa com o bem-estar mais diretamente, providos de forma gratuita, universal e de qualidade. Então o que eu vejo é que nós não podemos descuidar do resto. E, às vezes, a gente se deixa encantar pela ideia de que uma renda básica é a principal questão do nosso tempo ou da nossa vida cotidiana, e não pode ser isso.

Ela tem que ser um elemento de um projeto de sociedade que vai olhar para outras coisas. O pessoal que critica muito a renda básica por exemplo, com uma visão progressista, até, a respeito do mundo do trabalho, fala muito de como o trabalho ajuda a criar vínculos. E eu gosto de responder a essa questão com seriedade, pensando que as pessoas vão poder ter maior disponibilidade de tempo, maior opção de lazer, maiores possibilidades de trabalho comunitário, voluntário, político. Então, eu entendo que os vínculos podem se criar para além do ambiente de trabalho. Agora, o fato é que pagar uma renda básica, do ponto de vista financeiro, é super complexo, não é uma coisa simples, especialmente se você considerar essa visão que eu estou apresentando aqui de avanço incremental na direção de uma renda básica.

Porque você precisa ficar convencendo a sociedade e imprimindo isso na forma de políticas públicas a cada passo que você dá. E nem sempre é fácil fazer isso. É super complexo, você precisa demonstrar, na sociedade que nós vivemos, de recursos escassos, você precisa demonstrar a importância daquilo.

Mas eu acho que está por trás disso uma visão compartilhada com pessoas que defendem outros sonhos na forma de sociedade a ideia é de que nós precisamos de um mundo menos desigual. De um mundo em que os recursos sejam melhor distribuídos. O que eu gosto desse caso é que a renda básica reflete sobre como a sociedade acumula riqueza. Todos nós deveríamos ter o direito de participar dessa riqueza. Então, as ideias que olham para reduzir a distância entre as pessoas e parecem são aquelas pelas quais a gente precisa lutar e a renda básica, na forma como nós gostaríamos de ver, estaria acompanhada disso, como estaria acompanhado também de tantas outras políticas bem desenhadas e que ajudassem as pessoas a exercerem a sua liberdade com dignidade.

P: Perfeito, Leandro. Eu acho que isso é um excelente lugar para a gente fechar aqui a nossa conversa. Muito obrigado pelo seu tempo, por toda a sua contribuição, muita coisa para mim e espero para todos os ouvintes refletirem e pensarem. Acho que mais importante do que trazer respostas é levantar as questões certas, e acho que muitas questões importantes foram levantadas aqui hoje. E eu queria te dar aqui o palco para fazer alguma consideração final. Se tiver algum outro ponto que você queira comentar, fique mais do que à vontade.

LF: Eu quero convidar as pessoas a conhecerem melhor a Rede Brasileira de Renda Básica e, se puderem, estarem lá em Maricá, Niterói, do lado do Rio de Janeiro. Então, você aproveita também para tirar umas férias e aproveitar por lá. Nesse período nosso de Congresso Mundial da Renda Básica eu acho que vai ficar muito claro para quem estiver lá o quanto o Brasil está muito adiantado nesse debate, e lidera hoje um movimento grande em prol da renda básica que, na minha opinião, só tende a crescer. E eu espero que quem nos escutou possa se juntar ele.

P: Muito obrigado, Leandro.